

CÁTEDRAS

Cadernos Enap 160

**Promovendo a aplicação
de abordagens de gênero
nas avaliações realizadas
pela administração pública
brasileira**

• Ana Paula Salej Gomes



PROGRAMA
CÁTEDRAS
BRASIL





Promovendo a aplicação de abordagens de gênero nas avaliações realizadas pela administração pública brasileira

- Ana Paula Salej Gomes

Brasília - DF

2026

**Fundação Escola Nacional de
Administração Pública**

Presidenta

Betânia Peixoto Lemos

Diretora-Executiva

Danyelle Siqueira Campos Gil Lemos
Barreto

Diretor de Altos Estudos

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Educação Executiva

Iara Cristina da Silva Alves

**Diretor de Desenvolvimento
Profissional**

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Diretora de Inovação

Camila Medeiros

Diretor de Gestão Interna

Lincoln Moreira Jorge Junior

Revisão ortográfica

Adriana Braga
Renata Mourão
Roberto Araújo

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Karoline Ilza
Oscar Soler

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

G6331p Gomes, Ana Paula Salej

Promovendo a aplicação de abordagens de gênero nas
avaliações realizadas pela administração pública brasileira
/ Ana Paula Salej Gomes. -- Brasília: Enap, 2026.

58 p.: il. (Cadernos Enap ; n. 160)

Programa Cátedras Brasil

Inclui bibliografia.

ISSN: 0104-7078

1. Identidade de Gênero – Serviço Público. 2. Avaliação
de Políticas Públicas. 3. Administração Pública. I. Título.

CDD 352.63081

Bibliotecária: Elda Campos Bezerra – CRB1/1425

Este trabalho está sob a Licença *Creative Commons*

Atribuição: Não Comercial

Compartilha Igual 4.0 Internacional

DOI: 10.21874/cadernos.n160.1



Editorial

Cátedras

O Programa Cátedras Brasil é um programa de fomento de pesquisas da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), coordenado pela Coordenação-Geral de Pesquisa da Diretoria de Altos Estudos (DAE), que busca fomentar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com vistas à construção de novos paradigmas de gestão pública e à reflexão acerca dos desafios de transformação do Estado brasileiro.

Em 2024, lançamos um edital comemorativo dos 10 anos do Programa Cátedras Brasil, no qual selecionamos projetos em 20 (vinte) áreas temáticas, os quais buscam dar respostas aos diferentes desafios de governo e ao fortalecimento das capacidades estatais com vistas à construção de políticas públicas inclusivas e efetivas.

A partir desse edital, buscamos trazer duas inovações no âmbito do programa, quais sejam: i) realização de temáticas de pesquisa ainda não abordadas nos 10 anos de existência do programa – como, por exemplo, a temática racial e a da Inteligência Artificial; ii) construção das pesquisas, desde a elaboração do edital até a publicação final, em contato direto com alguns órgãos de gestão, reforçando a natureza do programa na promoção do diálogo entre a gestão e a academia com vistas à construção de soluções aplicadas e aderentes à realidade do setor público.

Ressaltamos que um dos propósitos do Programa Cátedras Brasil consiste em fomentar o elo entre a academia e a comunidade de praticantes (gestores públicos) com vistas à construção coletiva de soluções para os problemas públicos. Essa iniciativa procura absorver contribuições interdisciplinares e inovadoras nos campos de conhecimento correlatos à gestão, à administração e às políticas públicas com o objetivo de agregar valor às atividades de produção e de disseminação de conhecimento aplicado, de modo a conceber propostas de soluções para problemas políticos, econômicos, ambientais e sociais.

Em síntese, as pesquisas realizadas no contexto do Edital nº 85/2024 do Programa Cátedras Brasil, e apresentadas nesta série de Policy Papers, visam ofertar evidências, caminhos e reflexões para se pensar a melhoria e o fortalecimento da administração pública brasileira com vistas à construção de um país mais inclusivo e socialmente justo.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura!

ALEXANDRE DE ÁVILA GOMIDE

Diretor de Altos Estudos da Enap

RAFAEL ROCHA VIANA

Coordenador-Geral de Pesquisa

SUMÁRIO

15 1. Introdução

16 2. Inclusão da dimensão de gênero na avaliação de políticas públicas

16 2.1 Panorama Histórico

19 2.2 Avaliação com foco em gênero: caminhos e classificações

24 2.3 Desafios da integração da perspectiva feminista nas avaliações

30 3. Evidências sobre perspectivas de gênero na avaliação de políticas públicas

30 3.1 Bibliografia sobre a perspectiva de gênero na avaliação de políticas públicas em português

31 3.2 Importância da literatura cinzenta sobre avaliação com perspectiva de gênero

	<u>32</u>	3.3 Regiões e setores analisados
	<u>33</u>	3.4 Integrando lentes de gênero no ciclo da avaliação
	<u>34</u>	3.5 Usando Lentes de Gênero para analisar os aspectos das políticas públicas
	<u>36</u>	3.6 Avaliação feminista e abordagens de gênero na avaliação
	<u>40</u>	4. Promovendo a perspectiva de gênero nas avaliações realizadas pela administração pública brasileira
	<u>40</u>	4.1 Integrando gênero em uma avaliação executiva: um exercício analítico
	<u>51</u>	5. Conclusão e recomendações
	<u>54</u>	6. Recomendações
	<u>56</u>	Referências
	<u>58</u>	Anexos

Lista

de figuras

-  **18** Figura 1. Marcos internacionais para o avanço da igualdade de gênero que promoveram a transversalização desta perspectiva nos sistemas de estatística, monitoramento e avaliação
-  **24** Figura 2. Classificação das avaliações com base na abordagem de gênero
-  **25** Figura 3. Quão 'feminista' meu projeto precisa ser para usar avaliação feminista?
-  **25** Figura 4. Questões para refletir ao considerar o uso de abordagens feministas na avaliação
-  **26** Figura 5. Inclusão da perspectiva de gênero na política de avaliação
-  **27** Figura 6. Ciclo Avaliativo
-  **33** Figura 7. Presença da discussão sobre o uso de lentes de gênero em diferentes fases do ciclo avaliativo
-  **35** Figura 8. Presença da discussão sobre o uso de lentes de gênero na análise dos aspectos das políticas públicas
-  **35** Figura 9. Modelo de classificação dos resultados de gênero da ONU Mulheres
-  **41** Figura 10. A avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações

Lista *de gráficos*



31

Gráfico 1. Distribuição das referências inseridas na RR segundo ano e tipo de produção



32

Gráfico 2. Distribuição das referências inseridas na RR segundo região e setores

Lista *de tabelas*



30

Tabela 1. Proporção de referências segundo o idioma e status na RR



36

Tabela 2. Proporção de referências segundo o idioma e status na RR



58

Tabela 3. Distribuição das referências segundo fonte e status na RR



59

Tabela 4. Quantidade de referências ao longo dos passos do processo de triagem da RR

Lista

de quadros



21

Quadro 1. Diferenças práticas entre avaliações com abordagens de gênero e abordagens feministas



23

Quadro 2. Classificação das avaliações a partir da forma como abordam gênero



38

Quadro 3. Elementos usados na aplicação de lentes de gênero de acordo com o tipo de avaliação



41

Quadro 4. Passos do guia de análise *ex-post* de políticas públicas sobre a execução de uma avaliação executiva

MINI-BIO

DA AUTORA

ANA PAULA SALEJ GOMES

Doutora e mestre em Ciência Política pela UFMG, com pós-doutorado em curso na Universidade de Antuérpia, Bélgica. Atua como pesquisadora em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas na Fundação João Pinheiro, onde é membro fundador do grupo de pesquisa em Estado, Genero e Diversidade - Egedi.

EVIDÊNCIAS PARA A PRÁTICA

A ausência da perspectiva de gênero nas avaliações de políticas públicas brasileiras compromete a efetividade das ações e reforça desigualdades estruturais.

A adoção de abordagens transformadoras de gênero amplia a qualidade analítica das avaliações ao revelar impactos diferenciados e promover maior justiça social.

Profissionais capacitados, políticas institucionais claras e produção técnica em português são condições indispensáveis para consolidar uma prática avaliativa com enfoque de gênero.

A integração de gênero ao ciclo da avaliação não exige ruptura metodológica, mas sim compromisso político e reorientação estratégica dos processos avaliativos.

RESUMO EXECUTIVO

1. Qual é o problema abordado?

Este *policy paper* analisa a ausência de uma abordagem sistemática de gênero nas avaliações de políticas públicas conduzidas pela administração pública brasileira. Apesar de o país ter avançado na institucionalização da cultura avaliativa desde meados dos anos 2000, a perspectiva de gênero permanece ausente ou marginal em grande parte das avaliações realizadas no nível federal, estadual e municipal. O Brasil figura entre os seis países da América Latina que não apresentam evidências consistentes de adoção da perspectiva de gênero em seus sistemas nacionais de avaliação (ONU Mulheres, 2023). Essa lacuna compromete a qualidade, a equidade e a efetividade das políticas públicas, e contradiz compromissos internacionais firmados desde a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, onde o *mainstreaming* de gênero foi adotado como estratégia prioritária. Em um contexto marcado por desigualdades de gênero profundas e persistentes, ignorar essa dimensão na avaliação de políticas públicas significa reproduzir injustiças históricas e comprometer o desenvolvimento sustentável.

2. Como o estudo foi conduzido?

A pesquisa se baseou em uma revisão rápida de literatura, analisando 92 referências relevantes entre 2002 e 2024, incluindo produções acadêmicas, relatórios técnicos e guias de organismos internacionais. O estudo identificou as principais abordagens de avaliação com lentes de gênero — sensível, responsiva e transformadora — e discutiu suas aplicações práticas e limites. O exercício analítico proposto associa essas abordagens ao modelo de avaliação executiva já utilizado pela administração pública brasileira, demonstrando como a perspectiva de gênero pode ser integrada ao ciclo avaliativo sem demandar rupturas metodológicas. O estudo enfatiza ainda a importância da literatura cinzenta, da produção em português e da formação de avaliadores, reconhecendo que o desenvolvimento de uma cultura avaliativa crítica e inclusiva exige investimento institucional e compromisso político. O documento propõe recomendações práticas orientadas à institucionalização, capacitação e uso efetivo de dados sensíveis ao gênero, com base em marcos internacionais como os critérios da OCDE (2022).

3. Lições para profissionais da avaliação e gestão pública

Lição 1 — Avaliação não é neutra: institucionalizar a perspectiva de gênero é estratégico e urgente

Toda avaliação carrega valores, escolhas e implicações políticas. Ignorar a dimensão de gênero significa reproduzir assimetrias de poder e desigualdades sociais. Integrar essa perspectiva qualifica

o diagnóstico, fortalece a legitimidade da política pública e amplia seu impacto. Para isso, é essencial institucionalizar diretrizes que tratem a igualdade de gênero como princípio estruturante, definindo responsabilidades, critérios e mecanismos de garantia da qualidade avaliativa.

Lição 2 — Avaliar com lentes de gênero é transformar o próprio método avaliativo

A lente de gênero não é apenas um tema a ser considerado: ela transforma a forma de avaliar. Incorporar essa perspectiva implica revisar critérios, reformular perguntas, diversificar fontes de dados e adotar metodologias participativas e interseccionais. A avaliação passa a ser uma prática crítica, reflexiva e politicamente situada, voltada a revelar relações de poder e promover justiça social. Isso exige que avaliadores assumam seu papel como agentes políticos, comprometidos com a produção de conhecimento sensível às desigualdades e à promoção da equidade.

Lição 3 — Produzir e acessar conhecimento em português é fundamental para a difusão da prática

A ausência de materiais técnicos em língua portuguesa dificulta o aprendizado, a formação de quadros qualificados e a disseminação da prática avaliativa com lentes de gênero. Superar essa barreira exige investimento em produção local, apoio institucional à literatura cinzenta e estímulo à troca de experiências no Sul Global. Profissionais devem reconhecer que o idioma é também uma dimensão da desigualdade no acesso ao conhecimento.

1

Introdução¹

Em 2023, a ONU Mulheres divulgou um relatório sobre a incorporação da perspectiva de gênero nos sistemas nacionais de avaliação de 18 países da América Latina e do Caribe. O Brasil foi incluído entre os seis países que não apresentam informações sobre o monitoramento de indicadores de gênero, sendo apontado como exemplo de retrocesso. Isso ocorre num momento em que a administração pública brasileira avança na construção de uma cultura de avaliação. Neste contexto, a inclusão da perspectiva de gênero e dos direitos humanos é reconhecida como uma das dimensões fundamentais para garantir a qualidade das avaliações.

Promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres é essencial para o desenvolvimento sustentável. No entanto, muitas políticas públicas falham em alcançar esse objetivo, e em alguns casos, contribuem para a reprodução das desigualdades. A avaliação de políticas públicas pode ser uma ferramenta poderosa para revelar essas desigualdades e propor mudanças. Ela permite compreender como as ações do Estado afetam diferentes grupos e, ao mesmo tempo, oferece caminhos para políticas mais justas e eficazes.

Este *policy paper* trata do uso de lentes de gênero na avaliação de políticas públicas, com foco nas abordagens avaliativas feministas, gênero-sensíveis, responsivas ou transformadoras. Embora esses termos apareçam com frequência na literatura, ainda há pouca clareza sobre suas diferenças práticas. O objetivo do estudo é analisar essas abordagens e destacar as especificidades da avaliação transformadora de gênero.

Para isso, realizamos uma Revisão Rápida de Literatura (RR), método que permite organizar evidências disponíveis em tempo reduzido, sendo especialmente útil em áreas emergentes como esta. A partir da RR, sistematizamos informações sobre como lentes de gênero têm sido aplicadas em avaliações no Brasil e em outros países. O estudo também propõe formas de integrar essa perspectiva aos passos de uma avaliação executiva, conforme o documento “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*”, publicado pela Casa Civil (BRASIL, 2018).

¹ Agradecemos aos pareceristas Larissa Nacif Fonseca e Tammille Sales Dias pela disponibilidade e pela qualidade das contribuições dispensadas para esta pesquisa.

2

Inclusão da dimensão de gênero na avaliação de políticas públicas

A avaliação é o processo que busca identificar valor em uma atividade, política, programa ou plano. Ela consiste em uma análise clara e objetiva de uma intervenção, que pode ser realizada em qualquer fase do processo de políticas públicas - e não apenas nas etapas finais. Seu principal objetivo é oferecer informações confiáveis que ajudem a incorporar as lições aprendidas nas decisões futuras. Assim, a avaliação não é apenas técnica; ela também é política, pois visa gerar conhecimento que melhore a ação pública em um contexto social e político específico.

As principais funções da avaliação são:

- a) melhorar a prática ao analisar como as intervenções são planejadas, implementadas e quais resultados produzem;
- b) orientar a criação de novos planos com base nas experiências passadas;
- c) garantir responsabilidade e transparência entre todos os envolvidos, promovendo o aprendizado coletivo.

Em síntese, avaliar é produzir conhecimento sobre a política pública.

Por isso, avaliar sem incluir a perspectiva de gênero significa produzir conhecimento incompleto. Conhecer como a dimensão de gênero é operacionalizada é essencial para toda e qualquer política, e não apenas para aquelas voltadas às mulheres. Para que a avaliação contribua efetivamente para a equidade e a justiça social, a perspectiva de gênero deve estar presente em todas as políticas públicas — e em suas avaliações.

2.1 Panorama Histórico

A inclusão da perspectiva de gênero nas avaliações de políticas públicas começou na primeira metade da década de 1970 e cresceu com a presença da igualdade de gênero na agenda internacional. Três elementos importantes dessa agenda merecem desta que.

2.1.1 Discussões sobre o papel das mulheres no desenvolvimento

Mobilizadas por agências internacionais de desenvolvimento governamentais (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE) e não governamentais (Oxfam, Care), bancos de desenvolvimento (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, frequentemente conhecido como o Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) e outras organizações não governamentais (ONGs).

a) Mulheres no Desenvolvimento (*Women in Development* - WID): Essa abordagem entrou na arena internacional, em torno de 1973. Foca nas mulheres, especialmente nas mães, reconhecendo-as como um grupo vulnerável. Ressalta a necessidade de incluí-las nas estratégias de promoção da equidade e combate à pobreza. Avaliações baseadas na WID analisam se eles aumentam a produtividade das mulheres nas economias nacional e global. No entanto, muitas vezes, não verificam se esses programas impõem um grande ônus a elas.

b) Mulheres e Desenvolvimento (*Women and Development* - WAD): As intervenções da abordagem WAD partem da premissa de que o desenvolvimento era um processo em que os ricos se tornavam mais ricos e os pobres, mais pobres. Com isso, estabeleciam uma relação teórica entre a posição das mulheres na sociedade e as mudanças estruturais necessárias, assumindo que melhorias macroeconômicas beneficiariam igualmente as mulheres. Avaliações orientadas pela WAD tratam as mulheres como uma classe homogênea, desconsiderando diferenças raciais e étnicas, e não desafiam as estruturas de poder masculinas, mantendo as estruturas patriarcais.

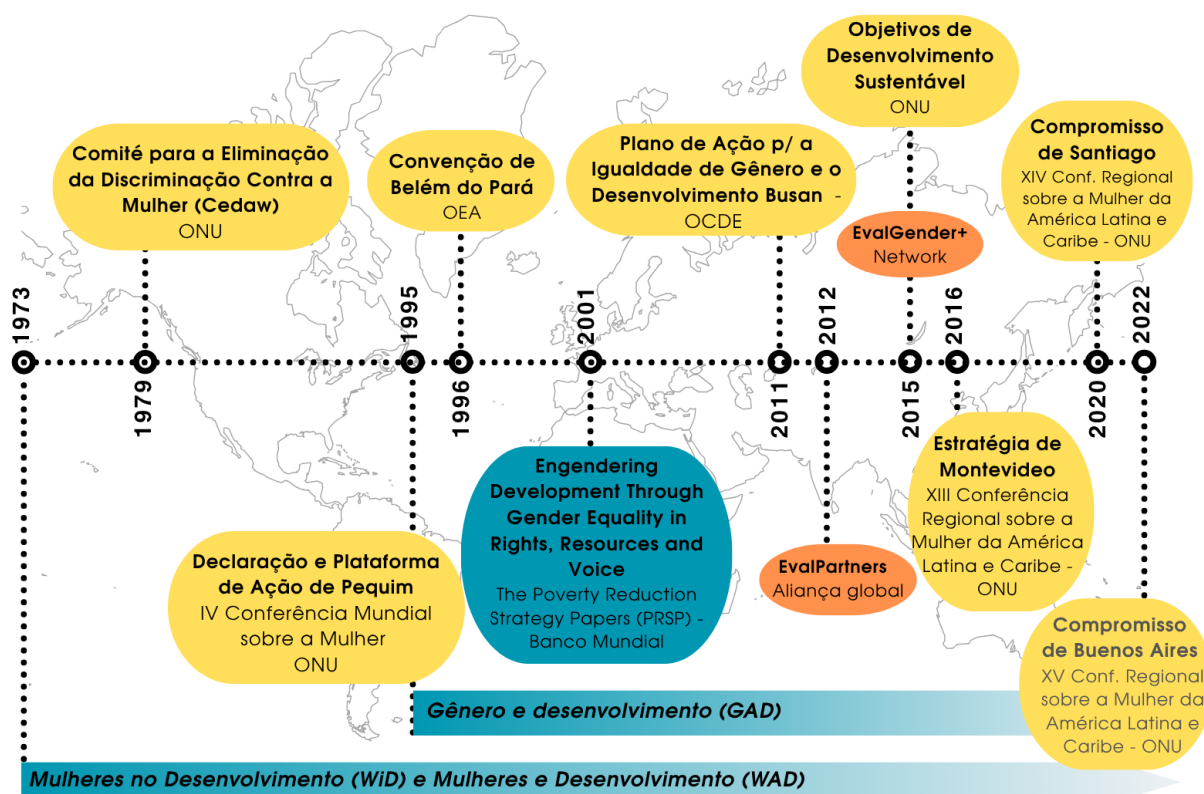
c) Gênero e Desenvolvimento (*Gender and Development* - GAD): Surgiu em resposta a demandas emergentes na década de 1980, fortalecendo-se após 1995, enfatizando as relações de gênero como relações de poder. Essa abordagem analisa os diferentes recursos e restrições que mulheres e homens enfrentam nas esferas econômica e social, focando na interconexão entre gênero, classe e raça, além da construção social de suas características. Nas avaliações GAD, as relações de gênero são uma categoria analítica central.

2.1.2 Convênios e acordos internacionais sobre o direito das mulheres

Diversos documentos e tratados têm promovido a igualdade de gênero e buscado integrar essa perspectiva no sistema de estatísticas e monitoramento das políticas públicas. A criação pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Convenção da sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres ou CEDAW (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*) em 1979, marca o início desse processo. As pactuações promovidas no Sistema ONU

são as mais frequentes. Mas a OCDE também figura nesse quadro. Além disso, no continente americano temos a Organização dos Estados Americanos (OEA) verificar na Figura 1.

Figura 1. Marcos internacionais para o avanço da igualdade de gênero que promoveram a transversalização desta perspectiva nos sistemas de estatística, monitoramento e avaliação.



Fonte: elaborado pela autora

2.1.3 Parcerias e redes globais dedicadas a avaliação

No início dos anos 2000, observa-se a formação de redes globais, como a *International Organization for Cooperation in Evaluation* (IOCE), criada em 2001. Em 2012, destaca-se a criação da *EvalPartners*, parceria global entre a ONU e Organizações Voluntárias para a Avaliação Profissional (VOPEs) concebida a partir de uma visão compartilhada pela Unicef e da IOCE. Em 2015, ela cria a *EvalGender+*, que tem promovido a necessidade de avaliações mais efetivas para fundamentar decisões importantes, fortalecendo a prática de integrar a perspectiva de gênero nas avaliações.

As informações apresentadas mostram que, além do meio acadêmico, diversos atores têm discutido e produzido conhecimento sobre abordagens de gênero nas avaliações. Essa evolução é claramente representada na linha do tempo acima, que destaca o fortalecimento da temática desde o final da década de 1990. Nesse período, a igualdade de gênero começou a ser reconhecida como um tema

central nos debates teórico-metodológicos da disciplina de avaliação, além de ser integrada na prática avaliativa de organismos internacionais, administrações públicas e organizações sociais.

As reflexões feministas, marcos de planejamento sensíveis ao gênero e estudos específicos sobre prática avaliativa nem sempre foram considerados na construção das abordagens avaliativas focadas nas mulheres e desenvolvidas sob a WID e a WAD. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, em 1995, foi fundamental para uma mudança nesse sentido. Segundo Julia Espinosa Fajardo e María Bustelo Ruesta (2019), a adoção do *mainstreaming* de gênero² fez com que a inclusão da perspectiva de gênero na avaliação fosse reconhecida como essencial para promover políticas públicas mais eficazes em direção à igualdade de gênero e ao desenvolvimento humano.

Nos últimos vinte anos, cresceu a demanda por práticas que incluam a perspectiva de gênero em avaliações de políticas e programas. Essa demanda vem de diferentes fontes, como agências da ONU, governos, organizações feministas e profissionais que buscam considerar as desigualdades de gênero em seus trabalhos. Diante disso, surgiram várias propostas para integrar essa perspectiva nas avaliações. O objetivo é claro: apoiar políticas públicas com maior capacidade de promover a igualdade entre mulheres e homens.

2.2 Avaliação com foco em gênero: caminhos e classificações

Com o surgimento de várias formas de incluir a perspectiva de gênero nas avaliações de políticas e programas, é importante entender melhor essas iniciativas. Para isso, é útil conhecer os termos mais usados para descrevê-las. Essa compreensão ajuda a identificar o que cada abordagem busca, como é aplicada e até onde pode ir na promoção de mudanças concretas.

Nesse cenário, a pesquisadora Donna Podems (2010) destaca que um bom ponto de partida é conhecer o que se chama de **avaliação feminista**. Essa abordagem se inspira em teorias e pesquisas feministas. Ela é flexível e aberta a diferentes formas de pensar e conduzir avaliações. Em vez de seguir regras fixas, a avaliação feminista propõe uma reflexão constante sobre o processo avaliativo, guiada por seis princípios fundamentais.

² Estratégia global endossada em 1995, durante a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim. Ela destaca a importância de analisar e considerar as implicações, para ambos os gêneros, de qualquer ação planejada — como legislação, políticas ou programas. Essa estratégia busca integrar as preocupações e experiências de ambos os gêneros no design, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em esferas políticas, econômicas e sociais. Visa assegurar que tanto mulheres quanto homens se beneficiem igualmente, prevenindo a perpetuação da desigualdade. A meta final é alcançar a igualdade de gênero. (Adaptado do Relatório do Conselho Econômico e Social da ONU de 1997). <https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/GMS.PDF>

Os princípios da avaliação feminista (Sielbeck-Bowen et al., 2002) são listados a seguir:

1. A avaliação feminista tem como foco central as inequidades de gênero que levam à injustiça social.
2. A discriminação ou desigualdade baseada em gênero é sistêmica e estrutural.
3. A avaliação é uma atividade política; os contextos em que a avaliação opera são politizados, e as experiências pessoais, perspectivas e características que os avaliadores trazem para as avaliações (e com as quais interagimos) resultam em uma posição política específica.
4. O conhecimento é um recurso poderoso que serve a um propósito explícito ou implícito.
5. O conhecimento deve ser um recurso das pessoas que o criam, mantêm e compartilham. Assim, o processo de avaliação ou pesquisa pode ter efeitos significativos, positivos ou negativos, sobre as pessoas envolvidas. O conhecimento e os valores são: cultural, social e temporalmente contingentes. O conhecimento também é filtrado por quem o conhece.
6. Existem múltiplas maneiras de conhecer; algumas maneiras são privilegiadas em relação a outras.

Para Fajardo (2024, p. 22), “em termos gerais, a avaliação feminista não fornece um conjunto fechado de métodos e técnicas, mas sim uma maneira de olhar para a avaliação”. Destacam-se algumas várias implicações práticas dessa abordagem:

a) Estímulo ao entendimento mais profundo das desigualdades: A desigualdade de gênero deve ser vista como uma realidade dinâmica e em constante mudança. A avaliação feminista destaca a importância de investigar como essas desigualdades se manifestam em contextos específicos e quais fatores as geram nas intervenções. É fundamental observar os diferentes padrões familiares, organizacionais, institucionais e socioeconômicos que reproduzem desigualdades.

b) Incorporação da interseccionalidade: A desigualdade de gênero se entrelaça com outras formas de desigualdade, como classe social e origem étnica. Considerar essas interações na avaliação de políticas é essencial, pois elas podem reforçar discriminações existentes

c) Inclusão de vozes diversas: A avaliação feminista valoriza diferentes perspectivas e experiências. É fundamental realizar esse processo em colaboração com as partes interessadas, promovendo diálogo e reflexão conjunta.

d) Utilização de metodologias mistas: Devemos criar espaços de participação, colaboração e trabalho horizontal, promovendo o empoderamento e a superação das relações assimétricas de poder na avaliação. Essas abordagens possibilitam a cocriação de conhecimento.

e) Reflexão sobre o papel do avaliador: Os avaliadores atuam como agentes políticos. Suas experiências e contextos influenciam suas avaliações. Portanto, é crucial que estejam cientes de como suas crenças e normas culturais impactam seu trabalho. Eles devem ser facilitadores do processo de mudança em direção à igualdade, analisando criticamente as evidências obtidas para melhorar as ações relacionadas ao empoderamento das mulheres.

Compreender a diferença entre abordagens que incluem ou não a perspectiva feminista é o próximo passo. Podems (2010) diferencia as avaliações **orientadas para o gênero** daquelas com **orientação feminista**, como se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1. Diferenças práticas entre avaliações com abordagens de gênero e abordagens feministas

Aspecto	Abordagens de Gênero	Abordagens Feministas
Identificação das diferenças	Identificam diferenças entre homens e mulheres	Buscam entender por que essas diferenças existem
Posição das mulheres na sociedade	Mapeiam e documentam a situação das mulheres, sem questioná-la.	Questionam e desafiam a posição subordinada das mulheres e buscam mudar essa realidade.
Visão sobre mulheres	Consideram as mulheres como grupo homogêneo.	Reconhecem múltiplas identidades e desigualdades.
Desejos e objetivos das mulheres	Assumem que mulheres desejam o que os homens têm ou deveriam ter.	Assumem que mulheres desejam o que os homens têm ou deveriam ter.
Reflexão dos avaliadores	Não incentivam os avaliadores a refletirem sobre seus valores ou visões de mundo.	Encorajam a reflexão crítica sobre valores e influências pessoais na avaliação.
Identidades de gênero	Trabalham com os dois gêneros tradicionais	Reconhecem outras identidades além de homem e mulher
Coleta e uso dos dados	Coletam dados sensíveis a gênero, mas sem inclusão crítica de perspectivas feministas.	Coletam dados sensíveis a gênero, mas sem inclusão crítica de perspectivas feministas.

Fonte: adaptado de Podems 2010 e de <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/themes/feminist-evaluation>

O Quadro 1 mostra que as abordagens com perspectiva feminista são um tipo específico de abordagem de gênero. Elas vão além de identificar as diferenças entre homens e mulheres, buscando entender as causas dessas desigualdades, questionar as relações de poder e promover mudanças concretas. Já as abordagens mais amplas de gênero podem focar apenas em identificar e descrever essas diferenças, sem necessariamente provocar transformações.

Com base nessa distinção, Podems (2010, p. 8) destaca que as avaliações WID (*Women in Development*) e WAD (*Women and Development*) não são consideradas abordagens feministas. No caso da WID, a principal crítica é a falta de interesse em compreender se os programas analisados geram uma carga

(extra) sobre as mulheres. Já na abordagem WAD, a crítica é a visão das mulheres como um grupo homogêneo e a incapacidade de transformar estruturas de poder dominadas por homens.

As abordagens avaliativas com perspectiva feminista de gênero aparecem com diferentes nomes, os mais comuns são: sensível, responsiva e transformadora. De modo geral, todas destacam o empoderamento das mulheres, o que reflete a influência do olhar feminista. No entanto, essas abordagens não são fáceis de caracterizar. Ao contrário da avaliação feminista, que é bem definida na literatura, essas categorias são apresentadas de forma dispersa e com sentidos variados. No Quadro 3, reunimos essas definições. Elas têm objetivos diferentes e expressam graus distintos de compromisso com a inclusão da perspectiva feminista, que se aprofunda da abordagem sensível à transformadora.

Referente às abordagens avaliativas com perspectiva de gênero, tem-se que:

Avaliação sensível ao gênero: Busca aprendizado e prestação de contas sobre os avanços e desafios relacionados ao gênero, com um foco empoderador. O objetivo é **garantir que a população beneficiária, incluindo mulheres e homens, tenha maior controle e capacidade de decisão sobre questões que os afetam diretamente** (Espinosa Fajardo, 2010).

Avaliação responsiva ao gênero: Procura identificar desigualdades e encontrar oportunidades para reverter disparidades, analisando como as ações públicas impactam de maneira distinta mulheres e homens. **Visa facilitar mudanças sociais, focalizando a promoção da responsabilidade em torno da igualdade de gênero, direitos humanos e empoderamento das mulheres** (UN Women, 2018).

Avaliação transformadora de gênero: Adota uma abordagem feminista voltada para a transformação social. Identifica uma variedade de partes interessadas, especialmente as beneficiárias, e envolve a comunidade para desafiar normas que perpetuam desigualdades, buscando criar um ambiente propício à mudança e à equidade. **Tem como objetivo promover a igualdade de gênero, através do controle compartilhado de recursos e do empoderamento das mulheres nas intervenções** (Nandi, 2018; UN Women, 2018).

Além das classificações já apresentadas, destacamos a proposta de Ranjani Murthy e Sonal Zaveri (2016), que organizam os tipos de avaliação a partir da forma como o gênero é considerado nas políticas públicas (Quadro 2 -). Para as autoras, apenas as avaliações específicas ou transformadoras são, de fato, sensíveis ao gênero ou orientadas por uma perspectiva feminista de avaliação.

Essa classificação é útil por três motivos. Primeiro, porque evidencia a existência de avaliações cegas ao gênero que, simplesmente, ignoram esse fator. Segundo, porque mostra que a abordagem de gênero pode ser usada apenas de forma instrumental, sem compromisso com a transformação das

desigualdades. Por fim, porque ajuda a diferenciar o uso dos termos “sensível” e “transformadora” em relação à classificação anterior.

Quadro 2. Classificação das avaliações a partir da forma como abordam gênero.

Tipo de Avaliação	Cega à Gênero	Instrumental de Gênero	Específicas de Gênero	Transformadoras de Gênero
Considera as Relações de Gênero	Não	Sim	Sim	Sim
Foco	Avalia eficiência e eficácia do programa. Não considera mudanças nas relações de gênero.	Reconhece como os papéis tradicionais de gênero afetam o alcance dos objetivos, mas não os questiona.	Verifica se o programa atende às necessidades de homens e mulheres, sem avaliar mudanças nas relações de poder.	Verifica se o programa atende às necessidades de homens e mulheres, sem avaliar mudanças nas relações de poder.
Equipe	Sem exigência de expertise em gênero.	Com profissionais com conhecimento em gênero.	Com profissionais com experiência em gênero,	Com profissionais com experiência em gênero, geralmente em posições de liderança.
Metodologia	Métodos mistos, mas sem sensibilidade às desigualdades de gênero.		Uso comum de surveys, com possível combinação com métodos qualitativos.	Métodos mistos; promove discussão sobre poder entre comunidade, equipe avaliadora e instituições envolvidas
Desagregação por sexo	Não	Sim	Sim	Sim

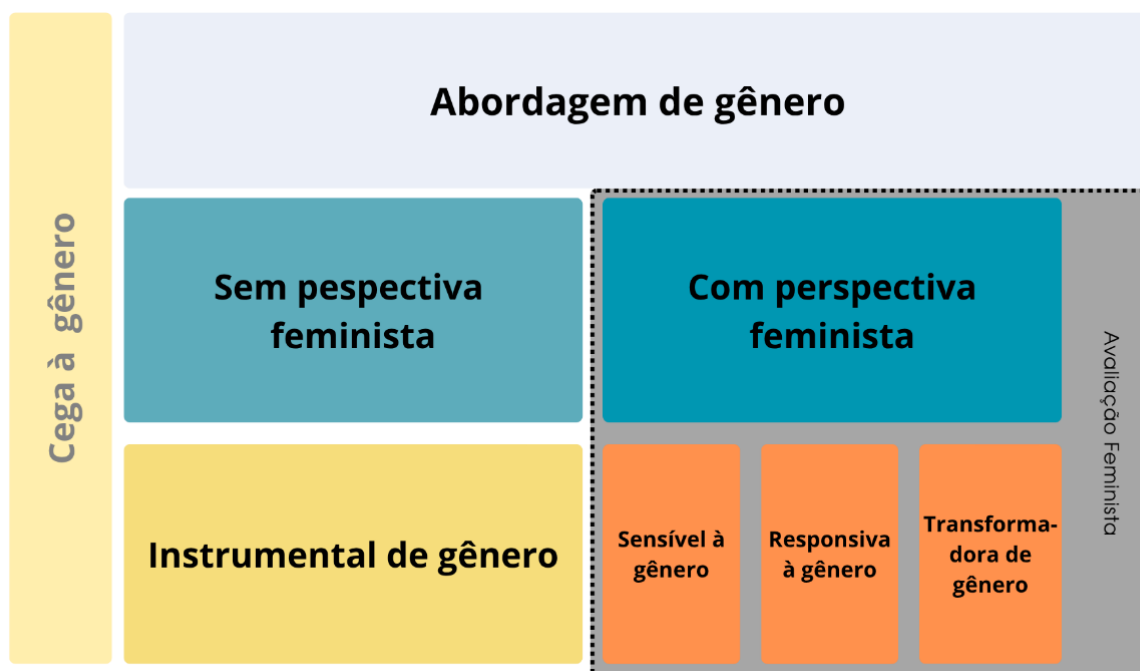
Fonte: adaptado de Murthy e Zaveri (2016)

Nesse caso, o termo “sensível ao gênero” indica algum alinhamento com a perspectiva feminista, ainda que de forma parcial ou limitada. Já a abordagem “transformadora de gênero” se refere a avaliações que buscam, de maneira intencional, promover mudanças nas relações de poder entre os gêneros e outras identidades sociais, como raça e etnia.

A partir do conjunto de abordagens aqui apresentado, elaboramos a ilustração, a seguir, que organiza os diferentes tipos de avaliação com base em como incorporam — ou não — a perspectiva de gênero e o pensamento feminista. O esquema mostra que existem avaliações cegas ao gênero, que desconsideram as desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Já entre as avaliações que utilizam a abordagem de gênero, nem todas adotam uma perspectiva feminista — como é o caso da avaliação instrumental de gênero, que reconhece diferenças, mas não questiona as relações de poder. Por outro lado, as avaliações que incorporam essa perspectiva buscam compreender e transformar

essas estruturas. Influenciadas em maior ou menor grau pela abordagem feminista, elas costumam ser classificadas como sensíveis ao gênero, responsivas ao gênero ou transformadoras de gênero.

Figura 2. Classificação das avaliações com base na abordagem de gênero



Fonte: elaborado pela autora

2.3 Desafios da integração da perspectiva feminista nas avaliações

Para integrar a questão de gênero nas avaliações, é essencial usar abordagens sensíveis a ao tema. Atualmente, até mesmo agências de desenvolvimento reconhecem a importância de combinar a perspectiva feminista com a econômica. A seguir, apresentamos os principais desafios envolvidos nessa integração.

Primeiro desafio - Reconhecer que as pessoas têm ideias pré-concebidas sobre o feminismo, que afetam como elas percebem a avaliação feminista (Podems, 2014). A resistência ao feminismo pode se traduzir em rejeição ou resistência à própria avaliação feminista. Por isso, a autora recomenda que o feminismo só seja abordado explicitamente se houver demanda nesse sentido. O foco principal deve estar nas contribuições que a avaliação feminista oferece à prática avaliativa em si.

O Quadro 3 traz esclarecimentos importantes. Dentre eles, se inclui a escolha do nome ou “rótulo” dado a abordagem que será adotada. A autora explica que é possível aplicar abordagens feministas sem usar o termo “feminista”. Isso pode ajudar a evitar os preconceitos que esse rótulo pode gerar, especialmente em contextos mais conservadores ou instáveis. Essa estratégia reduz o risco de interrupções durante

mudanças de governo. Entretanto, não usar o rótulo também tem suas desvantagens. Pode diminuir a visibilidade e a difusão dessa prática. Portanto, mesmo que se opte por não usar o termo, é essencial deixar claro que os princípios da avaliação feminista fundamentam a abordagem adotada.

Figura 3. Quão ‘feminista’ meu projeto precisa ser para usar avaliação feminista?

- Uma abordagem feminista é tão relevante para programas em que a igualdade de gênero é o principal objetivo quanto para aqueles em que isso não é.
- Os parceiros podem variar desde aqueles que se identificam como feministas até aqueles que podem não se sentir tão confortáveis com o termo e estão menos cientes dos valores e práticas feministas.
- As conversas devem refletir essas diferenças e levá-las em consideração.
- Uma avaliação feminista não precisa ser rotulada como feminista. A avaliação feminista valoriza o processo tanto quanto os resultados, e o rótulo não é o que ajudará a moldar a avaliação.

Fonte: Global Affairs Canada (2024)

Segundo desafio – Garantir o bom entendimento dos princípios da avaliação feminista. O guia da Global Affairs Canada (2024) também propõe que ao considerar o uso de abordagens sensíveis a gênero é importante promover a reflexão sobre os princípios da avaliação feminista (Figura 4).

Figura 4. Questões para refletir ao considerar o uso de abordagens feministas na avaliação

- O contexto da avaliação justifica ou pode se beneficiar de pelo menos um dos princípios da avaliação feminista?
- Há um elemento na intervenção ou no processo de avaliação que visa desafiar ou alterar as relações de poder e/ou questões de desigualdade?
- Como o processo de avaliação seria aprimorado pelo uso de um ou mais princípios da avaliação feminista?
- Como as decisões em torno da coleta de dados se beneficiariam de uma abordagem de avaliação feminista?
- Como uma análise que incorpora um (se não mais) desses princípios de avaliação feminista tornaria as recomendações mais perspicazes e utilizáveis?
- Como uma abordagem de avaliação feminista influenciaria a comunicação dos resultados para aumentar seu uso?

Fonte: Global Affairs Canada (2024)

Garantir a aplicação consistente da perspectiva de gênero na avaliação de políticas públicas começa com a integração de seus princípios no quadro institucional de avaliação de uma organização. Isso é importante para fortalecer a responsabilidade, o aprendizado e a tomada de decisões sobre igualdade de gênero em toda a organização.

Terceiro desafio – Criar uma política de avaliação com foco em gênero que oriente efetivamente a ação. A política de avaliação é uma forma de orientar funcionários, parceiros e partes interessadas sobre como aplicar esses princípios nas práticas de avaliação. Esse documento também aumenta a transparência da instituição e ajuda a garantir que os compromissos com a igualdade de gênero sejam cumpridos.

Figura 5. Inclusão da perspectiva de gênero na política de avaliação

Princípios orientadores da avaliação: Incluir explicitamente a igualdade de gênero como um dos princípios orientadores alinha o trabalho da organização a padrões universais de igualdade, justiça e respeito à diversidade.

Orientações de avaliação e sistema de garantia de qualidade: A política deve estabelecer bases para um sistema de garantia de qualidade que inclua critérios sobre a integração da igualdade de gênero na avaliação. Isso ajuda a avaliar a qualidade geral dos relatórios e das listas de verificação.

Priorização e planejamento das avaliações: As diretrizes de planejamento devem exigir explicitamente a consideração de avaliações com foco em igualdade de gênero no plano de avaliação da entidade.

Papéis e responsabilidades: A Política de Avaliação deve definir claramente os papéis e responsabilidades de gerentes, avaliadores e funcionários. Assim, informações, capacidades e recursos serão utilizados para desenvolver avaliações confiáveis que integrem a igualdade de gênero.

Organização, gestão e orçamento da avaliação: Os protocolos de gerenciamento de avaliação devem integrar os princípios de igualdade de gênero e utilizar uma lente interseccional. Isso inclui a realização de avaliações de viabilidade, análise das partes interessadas, desenvolvimento dos termos de referência, seleção da equipe de avaliação e garantia da participação de todas as partes interessadas ao longo do processo. Além disso, as alocações orçamentárias devem assegurar recursos adequados para apoiar metodologias que promovam a igualdade de gênero e planos de disseminação que alcancem uma ampla gama de partes interessadas.

Acompanhamento da avaliação: Para fortalecer a responsabilidade institucional em relação à igualdade de gênero, a política de avaliação deve incluir mecanismos de monitoramento e acompanhamento da aplicação e uso dos resultados, recomendações e lições aprendidas.

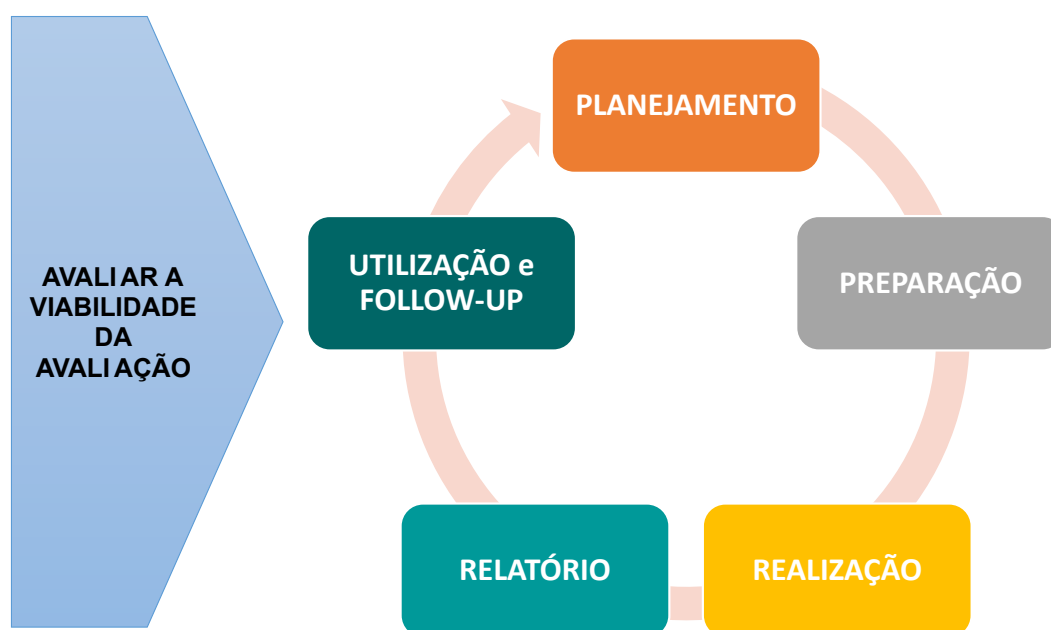
Divulgação e disseminação: A publicação direcionada de resultados e recomendações de avaliação pode criar oportunidades para amplificar a voz de beneficiários e partes interessadas.

Fonte: adaptado de UNEG (2024)

Para implementar essa política, a UNEG (2024) recomenda desenvolver manuais, planos de avaliação e instrumentos de verificação da qualidade da avaliação. A partir da literatura, incluímos a essa lista a formação dos avaliadores.

Quarto desafio - Entender as peculiaridades do ciclo avaliativo com uma abordagem sensível a gênero (Figura 6).

Figura 6. Ciclo Avaliativo



Fonte: extraído de UNEG (2024)

Ao incluir a dimensão de gênero, algumas etapas da avaliação precisam ser revistas ou adaptadas. A análise de viabilidade, feita antes do início da avaliação, pode ajudar a planejar uma implementação gradual.

A participação de diferentes pessoas no processo avaliativo ganha ainda mais importância. É necessário identificar quem deve ser envolvido e de que forma. A Global Affairs (2024) oferece perguntas úteis para apoiar essa definição.

O Termo de Referência (ToR) é um documento essencial. Ele orienta a avaliação, apoia a contratação de profissionais e ajuda a garantir a qualidade do processo. Para isso, é importante:

- a) reservar tempo suficiente para sua elaboração;
- b) ouvir diferentes pessoas e instituições envolvidas;
- c) manter abertura a parcerias e métodos inovadores;
- d) garantir tempo e recursos adequados para permitir a participação ao longo de toda a avaliação.

As perguntas da avaliação devem abordar temas ligados à igualdade de gênero e às barreiras estruturais existentes no contexto da política pública avaliada³.

A equipe avaliadora precisa ter preparo técnico e diversidade. Gênero, idade, cultura, língua e outras diferenças relevantes devem ser consideradas na seleção dos profissionais. Equipes diversas ampliam a qualidade da análise.

O plano de uso da avaliação deve estimular a participação e o aprendizado contínuo durante o processo. Isso aumenta a utilidade dos resultados e garante que diferentes vozes sejam ouvidas e consideradas.

O relatório de avaliação continua sendo o produto mais comum. No entanto, os dados e achados podem ser apresentados também em formatos mais curtos e acessíveis, como apresentações, resumos temáticos ou materiais voltados para públicos específicos.

Quinto desafio – Adaptar a gestão projeto às necessidades de uma avaliação sensível a gênero.

As avaliações feministas exigem que o gestor e todos os envolvidos adotem uma nova abordagem. Segundo a Global Affairs (2024), elas se diferenciam das avaliações tradicionais por três aspectos principais:

a) incentivar a aprendizagem desde o início. É importante que todos estejam dispostos a ajustar as práticas à medida que novas informações surgem;

³ Para saber mais

1. Sobre os métodos usados em avaliações responsivas aos direitos humanos e a equidade de gênero
UNEG, United Nations Evaluation Group. Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations. 2024 (Capítulo 6).
https://www.unevaluation.org/uneg_publications/integrating-human-rights-and-gender-equality-evaluations.

2. Vantagens e desvantagens dos métodos de coleta de dados

UN WOMEN. How to manage gender-responsive evaluations: Evaluation handbook. 2022.

Ver a ferramenta 13. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-05/UN-Women-Evaluation-Handbook-2022-en.pdf>

Promovendo a aplicação de abordagens de gênero nas avaliações realizadas pela administração pública brasileira

b) experimentar novas abordagens. É essencial ter a disposição de explorar métodos inovadores para gerar conhecimento, que não sigam os padrões convencionais;

c) criar um ambiente colaborativo. É fundamental que a equipe, os parceiros e os interessados aprendam juntos a aplicar os princípios feministas, promovendo um espaço de diálogo e troca.

Esses elementos ressaltam a importância de uma avaliação que não só mede resultados, mas também promove a inclusão e a reflexão contínua.

A Revisão Rápida (RR) de literatura realizada nesta pesquisa identificou 416 e selecionou 352 referências bibliográficas para triagem após eliminar as duplicatas. Dessas, 246 foram rejeitadas, 14 desqualificadas e 92 incluídas no processo de extração de dados (veja Anexo I para mais detalhes). Ao longo de todo esse processo, diversas evidências foram geradas, as quais serão destacadas nesta seção.

3.1 Bibliografia sobre a perspectiva de gênero na avaliação de políticas públicas em português

Quantidade de materiais analisados e idioma: No total de 352 textos triados, identificamos 64 em português. Destes, apenas quatro foram incluídos na Revisão de Literatura (conforme mostrado na Tabela 1), resultando em uma exclusão de 93,75% (ou 59 textos). Ao examinarmos as razões para essa rejeição, constatamos que 57,63% dos textos não consideravam a perspectiva de gênero em suas avaliações.

Tabela 1. Proporção de referências segundo o idioma e status na RR

Idioma	Selecionadas	Excluídas ou Rejeitadas	Incluídas na RR
Inglês	58,52%	54,88%	66,98%
Espanhol	22,73%	19,92%	29,25%
Português	18,18%	24,39%	3,77%
Outros	0,57%	0,81%	0,00%
Total Geral	352	246	106

Fonte: elaboração própria

Desafios da baixa produção em português: Esse resultado não apenas sublinha a urgência de ampliar o debate e a produção em português, mas também indica que a língua pode funcionar como uma barreira significativa para a disseminação dessa prática. Nesse cenário, recorrer à literatura em espanhol surge como uma estratégia viável para garantir o acesso ao conhecimento de forma mais ágil.

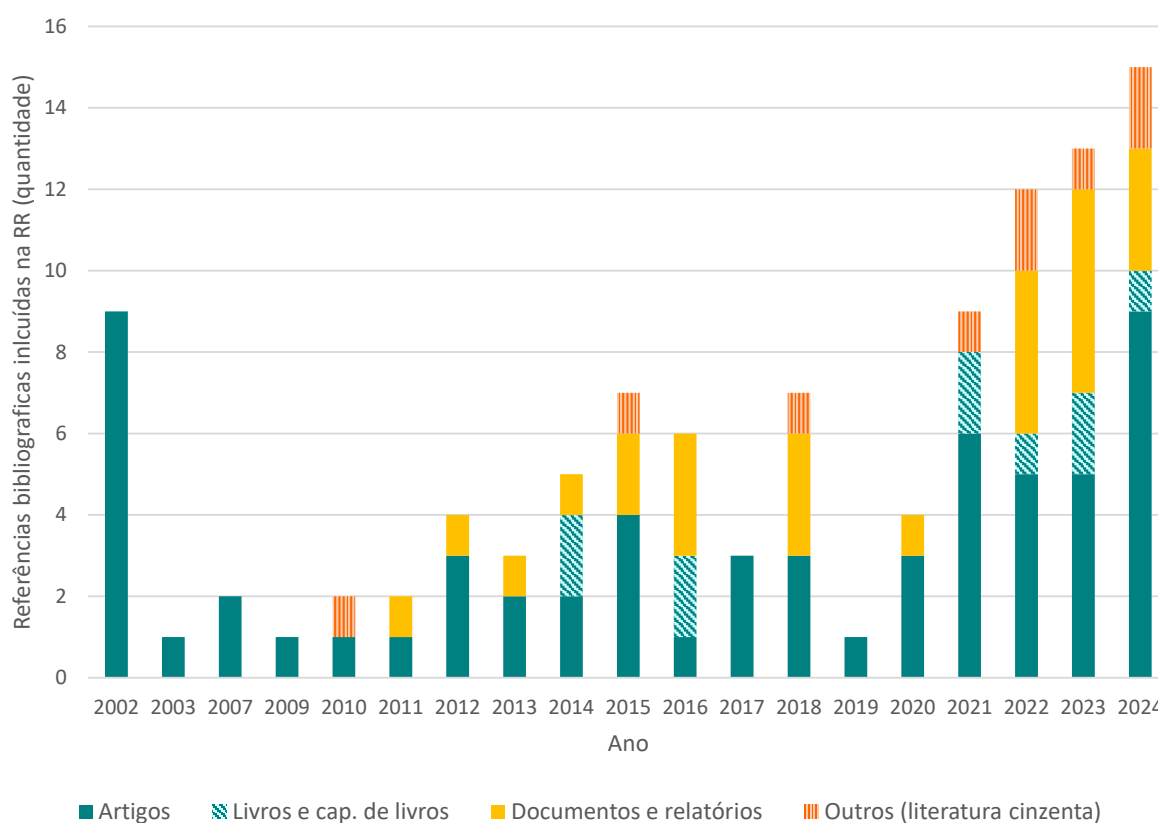
Importância do acesso a fontes diversas: Adicionalmente, o baixo índice de duplicação encontrado (15,59%), mesmo após consultas em oito bases bibliográficas, ressalta a importância de diversificar

as fontes de pesquisa. Essa amplitude é fundamental para enriquecer a análise e obter resultados mais robustos assegurando, assim, a qualidade da produção.

3.2 Importância da literatura cinzenta sobre avaliação com perspectiva de gênero

Marco inicial da produção: Os textos incluídos na revisão indicam que a produção sobre a aplicação de lentes de gênero na avaliação teve um marco significativo em 2002, com a publicação do número 96 da revista *New Directions for Evaluation*, que foi dedicado à avaliação feminista. Embora tenham surgido publicações em 2003 e 2007, foi somente a partir de 2009 que se observou um fluxo contínuo sobre o tema. Entre 2010 e 2024, nota-se uma tendência de crescimento na produção, com algumas retrações em 2013, 2016, 2017 e 2019 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição das referências inseridas na RR segundo ano e tipo de produção



Fonte: elaboração própria

O papel da literatura cinzenta⁴: Desde 2011, a literatura cinzenta ganhou destaque no cenário da produção de conhecimento, com relatórios técnicos e documentos de trabalho complementando

⁴ Literatura cinzenta (ou grey literature) é o conjunto de documentos produzidos por organizações públicas, privadas, acadêmicas, governamentais ou não governamentais, não controlados por editoras comerciais e, portanto, não amplamente disponíveis por canais de publicação convencionais. Esses documentos incluem, por exemplo, relatórios técnicos, teses,

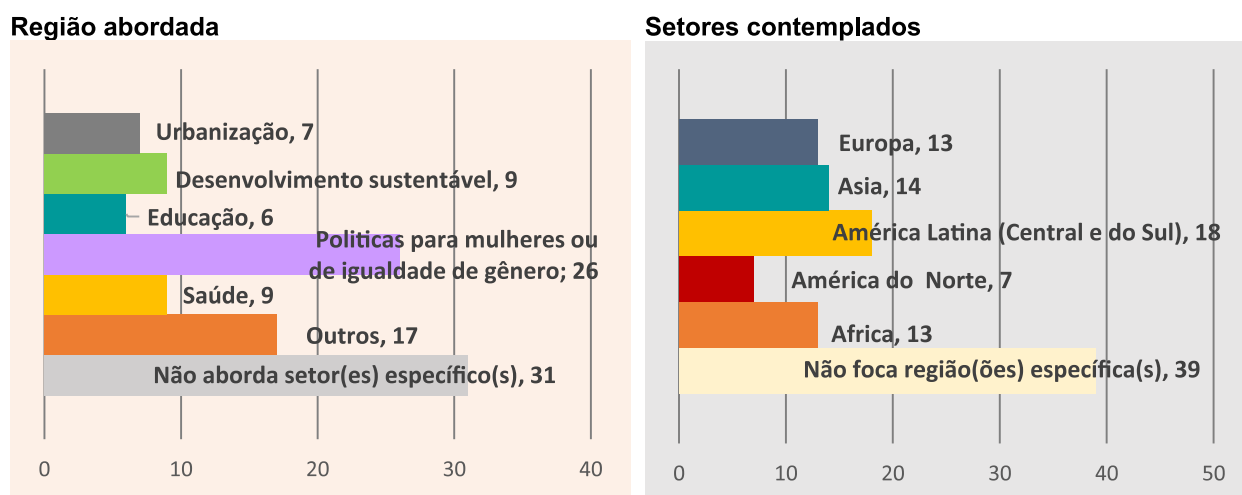
publicações acadêmicas, como dissertações, teses e artigos apresentados em eventos. Esses materiais são especialmente fundamentais em áreas emergentes, como a aplicação de lentes de gênero na avaliação.

Responsabilidade pela produção: Ao analisar a origem das publicações, verificamos que dos 23 relatórios técnicos e documentos de trabalho examinados, 13 foram produzidos por organismos internacionais, seja de forma independente ou em colaboração com ONGs e órgãos governamentais. Essa tendência se reflete também em guias e manuais. Em contraste, as instituições acadêmicas se destacam como as principais responsáveis pela criação de conteúdos em geral, totalizando 55 referências, e mais de dois terços delas foram elaboradas de forma independente.

3.3 Regiões e setores analisados

Forte presença do Sul Global: A maioria das referências analisa ou menciona exemplos de regiões específicas (GRAFICO 2). Um terço dos estudos de caso concentra-se no continente africano, enquanto a América do Norte é a região menos abordada. De forma geral, destaca-se um maior foco no Sul Global, possivelmente refletindo as iniciativas para promover seu desenvolvimento.

Gráfico 2. Distribuição das referências inseridas na RR segundo região e setores



Fonte: elaboração própria

Setores Temáticos: Aproximadamente um terço das referências não aborda setores temáticos específicos. Políticas voltadas para mulheres e igualdade de gênero constituem o foco de metade dos

dissertações, anais de congressos, documentos institucionais, normas, diretrizes, pareceres e outros materiais que não passam por processos formais de editoração e distribuição comercial. Ela é valorizada especialmente em áreas como políticas públicas, saúde, ciência da informação e ciências sociais, por fornecer acesso a informações atuais, práticas e muitas vezes exclusivas, que podem não estar publicadas em periódicos científicos revisados por pares. <https://www.greynet.org/home/aboutgreynet.html>

estudos de caso. O desenvolvimento sustentável também se destaca como um tema recorrente nas análises que empregam lentes de gênero na avaliação.

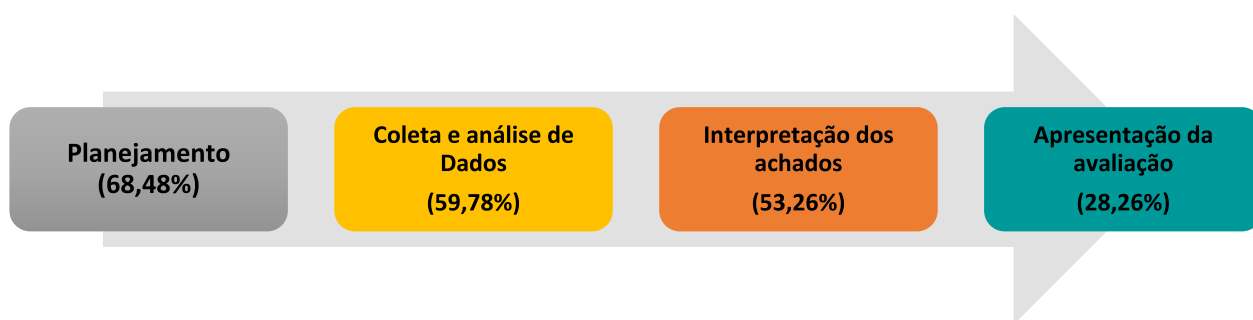
Diversificação na aplicação: A categoria “outros” indica que a aplicação de lentes de gênero está se expandindo para diversos setores⁵, evidenciando a crescente relevância dessa abordagem na formulação de políticas públicas.

3.4 Integrando lentes de gênero no ciclo da avaliação

Fases do Ciclo de Avaliação: A fase mais discutida do ciclo de avaliação é o planejamento (ver Figura 7), essencial para garantir o sucesso da integração das lentes de gênero. Por outro lado, a apresentação dos resultados é a etapa menos debatida, apesar de sua relevância no empoderamento dos participantes, um aspecto destacado especialmente em avaliações feministas e transformadoras de gênero. Essa realidade indica uma necessidade de maior atenção a esse tema.

Importância das Fases: A relevância de cada fase segue o padrão ilustrado na Figura 7, independentemente do tipo de trabalho realizado. No entanto, essa questão é menos abordada na discussão acadêmica, em que quase metade das referências analisadas não considera essa dinâmica.

Figura 7. Presença da discussão sobre o uso de lentes de gênero em diferentes fases do ciclo avaliativo



Fonte: elaboração própria

Divisão do Ciclo Segundo a ONU Mulheres: Os documentos da ONU Mulheres estruturam o ciclo avaliativo em cinco fases distintas: planejamento, preparação, condução, elaboração de relatórios, uso e acompanhamento. A inclusão da fase de preparação, após o planejamento, ressalta a distinção entre atividades estratégicas e reflexivas e aquelas voltadas para a ação.

a) A fase de planejamento refere-se às etapas iniciais, focando na criação das condições adequadas, com a alocação de recursos e tempo necessários.

⁵ Recomendação para interessados no setor urbano na América Latina: Ministério de Obras Públicas Argentina; Onu Mujeres; UNOPS. Coleção Manuales: La perspectiva de gênero em la obra pública 2022/2023

b) Em contrapartida, a preparação concentra-se nos objetivos e nas ferramentas práticas, bem como na formulação do plano de avaliação. Essa divisão é particularmente interessante em avaliações *ex-ante*, pois possibilita uma conexão mais eficaz entre as fases da avaliação e as etapas do desenvolvimento do programa, permitindo que a preparação ocorra em paralelo ao design do programa ou da política.

Abordagens Específicas em Avaliações Feministas: Alguns trabalhos, especialmente aqueles com enfoque feminista ou voltados para a transformação de gênero, dedicaram seções específicas à gestão da avaliação com perspectiva de gênero ou transversalizaram o tema ao longo do manual (UN Women, 2022)⁶. Ressaltam que tanto os gestores da avaliação quanto todos os envolvidos devem adotar uma abordagem diferenciada. No guia da Global Affairs Canadá (2024), essa distinção é atribuída a peculiaridades da avaliação feminista, que incluem:

- a) estimular a aprendizagem contínua desde o início da avaliação;
- b) estar aberto a experimentar abordagens que priorizem métodos não convencionais de geração de conhecimento;
- c) criar um ambiente colaborativo onde a equipe, os parceiros e as partes interessadas possam aprender juntos a aplicar princípios feministas.

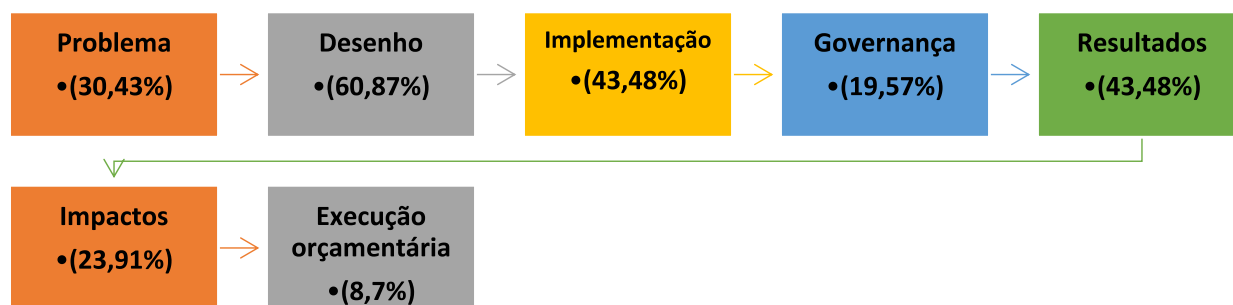
Essas características transformam o contexto da gestão, promovendo um espaço mais inclusivo e inovador para a avaliação.

3.5 Usando Lentes de Gênero para analisar os aspectos das políticas públicas

Foco no desenho das políticas: O desenho das políticas públicas é o aspecto mais investigado, segundo extração de dados, conforme ilustrado na Figura 8. Nos estudos de caso, as categorias de problema, implementação e resultados aparecem de forma muito semelhante, diferenciando-se do quadro geral que será apresentado, a seguir.

⁶ Para saber mais: UN Women. How to manage gender-responsive evaluations: evaluation handbook. 2022. <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2022/05/un-women-evaluation-handbook-2022>

Figura 8. Presença da discussão sobre o uso de lentes de gênero na análise dos aspectos das políticas públicas

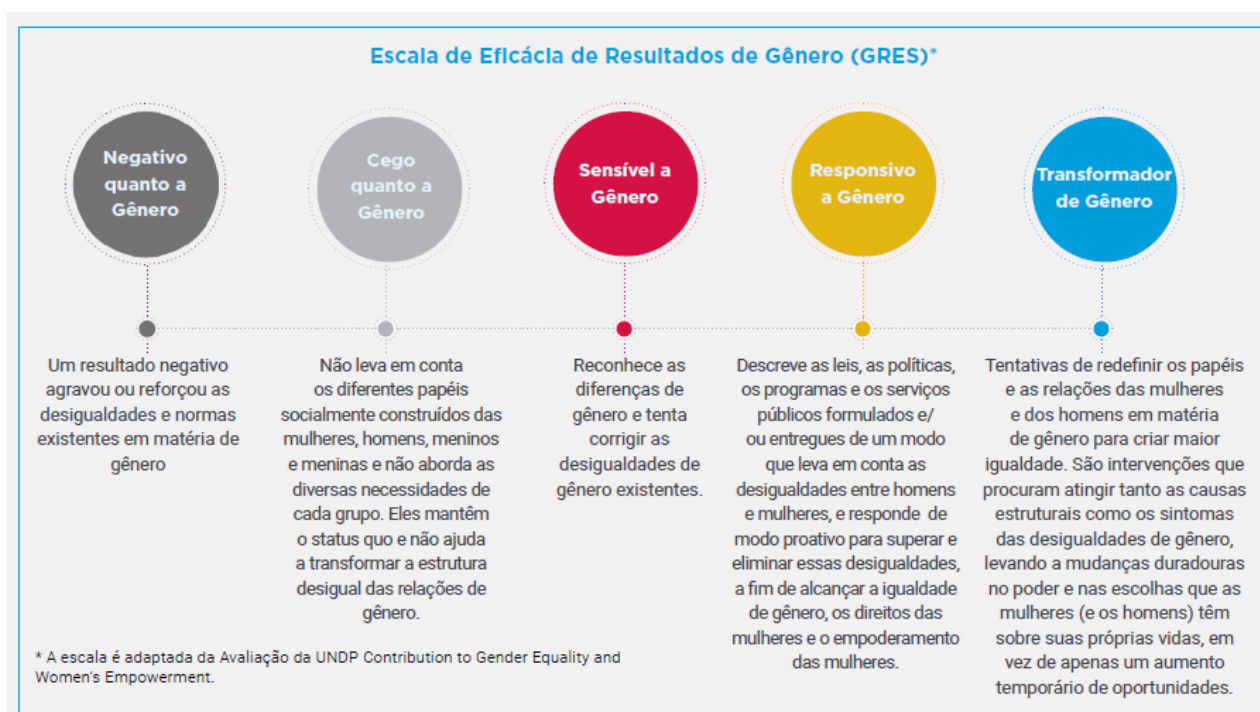


Fonte: Elaboração própria

Lentes de gênero no ciclo das políticas públicas: Assim como no ciclo avaliativo, o uso de lentes de gênero no ciclo das políticas públicas é um tema menos explorado na discussão acadêmica, com metade das referências analisadas não o contemplando.

Identificando resultados ou impactos de Gênero: É importante ressaltar que tanto a OCDE quanto a ONU Mulheres possuem escalas para identificar resultados e impactos de gênero. Essas ferramentas são fundamentais na aplicação das lentes de gênero nas avaliações. A Figura 9 traz um exemplo.

Figura 9. Modelo de classificação dos resultados de gênero da ONU Mulheres



Fonte: ONU Mulheres, 2020.

Divergência nos Focos de Análise: Observamos que muitos manuais enfatizam o ciclo de avaliação em detrimento do ciclo das políticas públicas, ao tentar evidenciar como as lentes de gênero são

incorporadas no processo avaliativo. Julia Espinosa Fajardo (2018) propõe que um guia que adota o modelo clássico do ciclo das políticas públicas pode facilitar uma maior aproximação com a prática.

Atualizações nos Critérios Avaliativos: Ao mesmo tempo, há movimentos que desafiam esse modelo, como o da OCDE, que atualizou seus critérios avaliativos em 2022. Esses critérios incluem: relevância, coerência, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto. No mesmo ano, a organização publicou um guia para a aplicação de lentes de direitos humanos e igualdade de gênero a esses critérios.

Integração de Novos Critérios: Como resultado desse movimento, a nova versão do documento sobre a integração desses temas na avaliação na Uneg, publicada em 2024, apresenta as implicações do uso dos critérios avaliativos da OCDE. Esse documento utiliza os seis critérios propostos, adicionando a eles critérios de participação e inclusão, equidade e não discriminação, transformação social e empoderamento. Essa abordagem visa avaliar o desenho, planejamento, implementação e resultados dos programas. Essa multiplicidade de fórmulas exige um esforço considerável de compreensão e análise, que orientem as escolhas dos métodos a serem utilizados.

3.6 Avaliação feminista e abordagens de gênero na avaliação

Presença das diversas perceptivas na RR: A avaliação feminista é a mais referenciada (43 estudos). Pouco mais da metade desse material foca unicamente neste tipo de avaliação (22). A outra metade se refere a outras formas de avaliação de gênero: avaliação sensível (6), responsiva (2) ou transformadora de gênero (19). A avaliação transformadora é a segunda mais referenciada, com a maioria dos estudos que a mencionam (61,29%) também tratando da avaliação feminista, reforçando o vínculo entre as duas abordagens. Nos casos das avaliações sensível e responsiva, é comum que os textos não tratem de outras abordagens (Tabela 2).

Tabela 2. Proporção de referências segundo o idioma e status na RR

Tipo de avaliação	Total	%	Foca 1 tipo		Foca mais de 1 tipo
			Quant.	%	Inclui avaliação feminista (%)
Feminista	43	46,74%	22	51,16%	
Sensível a gênero	30	32,61%	22	73,33%	20,00%
Responsiva a gênero	13	14,13%	9	69,23%	15,38%
Transformadora de gênero	31	33,70%	10	32,26%	61,29%
Outra	6	6,52%	6	100,00%	0,00%
Total	92	100,00%	69	75,00%	

Fonte: elaboração própria

Abordagens de gênero encontradas: Além das abordagens avaliativas propostas, foram encontrados trabalhos que classificaram sua abordagem como avaliação com perspectiva de gênero (4) ou avaliação com lentes de gênero (1)

O rótulo utilizado pode variar conforme o tipo de trabalho: Os trabalhos acadêmicos (30) tratam mais da avaliação feminista (22) ou transformadora de gênero (13). Os estudos de caso se concentram mais na avaliação feminista (15) e na avaliação sensível a gênero (13).

Especificidades dos manuais: Dos 23 manuais, guias ou modelos analisados, a maioria enfatiza uma única abordagem. Nos cinco casos em que isso não ocorre, encontramos a associação da avaliação feminista com a avaliação responsiva (1) ou transformadora (2) de gênero, além de uma abordagem que integra as avaliações sensível, responsiva e transformadora de gênero, adotando uma perspectiva evolutiva no processo de incorporação das lentes de gênero na avaliação (2).

Métodos utilizados nas avaliações: Entre as referências que discutem métodos (68), a utilização de método misto foi a mais evocado (47), seguida por métodos qualitativos (19). Poucos trabalhos exploram o uso de métodos quantitativos (3). Independentemente da abordagem, o uso de método misto foi o mais indicado (69,12%).

Elementos usados ao aplicar de lentes de gênero na avaliação: Apenas 8 das referências analisadas não abordam essa questão. A incorporação de critérios sensíveis a gênero e o uso de abordagens metodológicas participativas ou baseadas na comunidade são os elementos mais citados. A situação é oposta no que diz respeito ao uso e disseminação de resultados sensíveis a gênero, evidenciando a necessidade de aprimorar a apresentação dos resultados e o uso da avaliação.

Quadro 3. Elementos usados na aplicação de lentes de gênero de acordo com o tipo de avaliação

Elementos	Avaliação feminista	Abordagem de gênero				Estudos em geral
		Sensível	Responsiva	Transformadora	Outra	
Docto. de referência da avaliação que evidência que a avaliação não é neutra a gênero	1	1	2	1	2	1
Teorias ou frameworks relacionados a gênero (poder, normas de gênero, masculinidades hegemônicas)	2	1	1	2	4	2
Apoio de experts em gênero	2	1	2	2	2	1
CrITÉrios e questões incorporam gênero ou são sensÍveis a gênero	2	2	3	3	4	2
Indicadores sensÍveis a gênero	2	1	2	2	2	1
DesagregaÇão de dados por sexo	1	1	3	1	2	1
Gender scores (GEM, GESW, etc)	�	1	1	1	�	1
Abordagens metodológicas participativas ou baseadas na comunidade	3	2	3	3	3	2
Uso e disseminação de resultados usando a perspectiva de gênero	1	1	1	1	1	1
Plano de comunicação sensÍvel a gênero	1	�	�	1	�	1

Elementos	Avaliação feminista	Abordagem de gênero				Estudos em geral
		Sensível	Responsiva	Transformadora	Outra	
Outros	2	1	1	2	1	2
Total de estudos	43	30	13	31	6	92

Fonte: Elaboração própria

Literatura sobre Avaliação Feminista: Esta literatura nem sempre destaca os elementos usados, dada sua perspectiva mais teórica. Quando o faz, o elemento mais destacado é a abordagem metodológica participativa ou baseada na comunidade, que é essencial ao inserir a perspectiva de gênero. De forma geral todos os demais rótulos usados para qualificar as abordagens de gênero na avaliação revelam que elas são, em maior ou menor proporção, inspiradas pela avaliação feminista.

Avaliação Sensível a Gênero: Percebemos que os elementos adotados variam muito conforme a interpretação do autor. Contudo, a incorporação de critérios sensíveis a gênero e o uso de metodologias participativas parecem ser elementos mínimos desse tipo de abordagem.

Abordagem Responsiva a Gênero: Ela é mais utilizada em manuais, especialmente nos trabalhos da UNEG. Devido ao caráter aplicado desses materiais, explora mais detalhes sobre elementos ligados à abordagem quantitativa, que nem sempre são tratados em outros tipos de publicações.

Abordagem Transformadora de Gênero: Considerada a mais abrangente quanto à inclusão dos elementos discutidos. Em 2/3 dos trabalhos que a mencionam, ela é associada à avaliação feminista, sugerindo que é utilizada como a melhor forma de integrar a avaliação feminista à prática.

Categoria “Outros”: Ela inclui quatro manuais que adotaram o rótulo “avaliação com perspectiva de gênero”, todos escritos pela mesma autora. Portanto, os resultados refletem, principalmente, como essa autora incorporou os elementos discutidos em sua abordagem.

Outros Elementos Citados: A preocupação com a formação da equipe avaliadora, o uso de linguagem inclusiva não sexista, a questão de gênero no ambiente institucional e a descolonização de métodos.

4

Promovendo a perspectiva de gênero nas avaliações realizadas pela administração pública brasileira

Nos últimos anos, o Brasil tomou diversas medidas para institucionalizar a avaliação de políticas públicas e publicou materiais orientativos para apoiar essa execução. Em 2021, foi incluído um parágrafo no artigo 37 da Constituição Federal, inciso XXII, parágrafo 16. Esse parágrafo estabelece que os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar a avaliação das políticas públicas, incluindo a divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados (Brasil, 1988). Apesar desse avanço, o Governo Federal ainda não criou um Sistema Nacional de Avaliação, como já fizeram algumas unidades da federação e outros países latino americanos.

Como mencionamos na introdução, a ONU Mulheres (2023)⁷, ao pesquisar a incorporação da perspectiva de gênero em 18 países da América Latina, afirma que o Brasil está entre os seis países onde não foi possível identificar esse enfoque nas normativas e práticas avaliativas conduzidas no nível federal. Além disso, o país sofreu retrocessos nesse aspecto durante a gestão presidencial 2019-2022. Embora os guias produzidos pela Casa Civil mencionem o uso de estatísticas desagregadas por gênero (assim como outras variáveis, como idade ou grupo socioeconômico) e ressaltem a importância do cumprimento da Agenda 2030, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Apresentamos aqui algumas reflexões importantes sobre o caminho a percorrer e fazemos um exercício analítico para evidenciar como a inclusão dessa perspectiva pode mudar a forma como fazemos a avaliação.

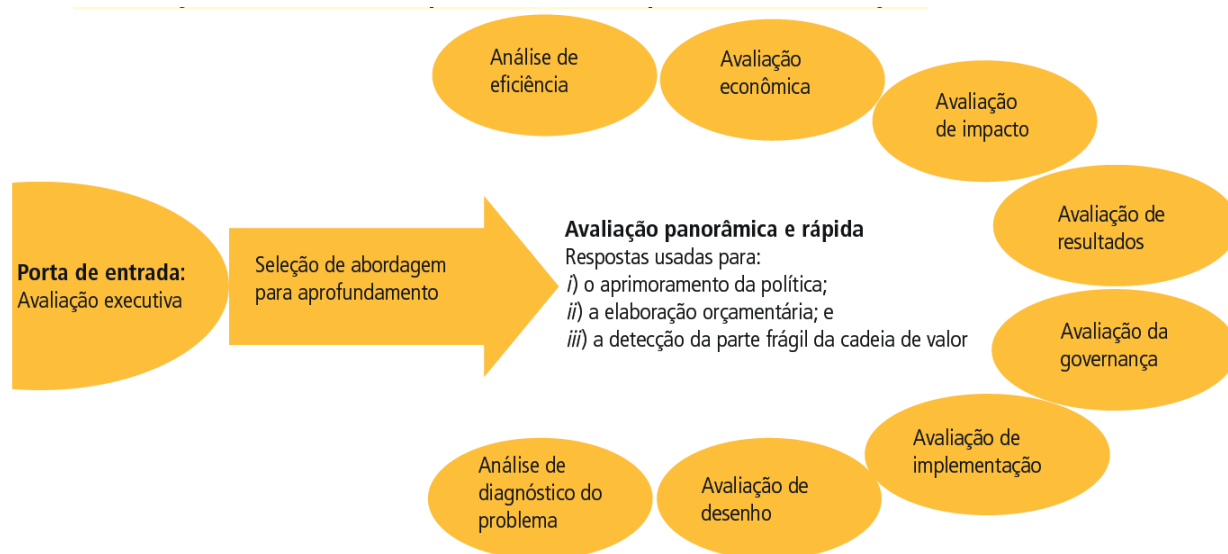
4.1 Integrando gênero em uma avaliação executiva: um exercício analítico

Para compreender como a inserção da perspectiva de gênero impacta o modelo avaliativo em uso, apresentamos comentários sobre a execução de uma avaliação executiva. Utilizaremos as orientações da Casa Civil (2018) em seu guia de análise *ex-post* de políticas públicas. A escolha pela avaliação executiva se justifica por seu caráter panorâmico e abrangente. Dessa forma, conseguimos ilustrar as

⁷ Veja a ficha completa do Brasil. ONU Mujeres; Inclusión y Equidad Consultora Latinoamericana. Mapeo de la incorporación del enfoque de género en los sistemas nacionales de evaluación de América Latina. 2023. Ficha 11. P.117-122. <https://lac.unwomen.org/es/digital-library/publications/2023/02/mapeo-de-la-incorporacion-del-enfoque-de-genero-en-los-sistemas-nacionales-de-evaluacion-de-america-latina>

especificidades da avaliação sensível ao gênero na análise de diferentes elementos das políticas públicas. A figura 10, a seguir, ilustra bem esse potencial.

Figura 10. A avaliação executiva como porta de entrada para outras avaliações



Fonte: Casa Civil, 2018, p.30.

No guia, essa dinâmica se traduz nos 10 passos, a seguir (QUADRO 4). As questões ilustrativas foram inspiradas por diversos materiais analisados e incluídos nas referências deste trabalho, refletindo aquilo que achamos mais esclarecedor para revelar o como a perspectiva de gênero pode ser incorporada.

Quadro 4. Passos do guia de análise *ex-post* de políticas públicas sobre a execução de uma avaliação executiva

Passo 1: descrição geral
Resumo perspectiva Guia Ex Post
- O que é? Descrição da política a ser avaliada, incluindo o histórico de sua criação, as normas que a regulamentam e a identificação das instituições responsáveis por sua execução. - Objetivo: Colher informações para subsidiar a elaboração de texto descritivo.
Considerações
A clareza de quem são as partes interessadas, especialmente as mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade é um elemento básico de uma avaliação sensível a gênero.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Qual(is) o(s) grupo(s) alvo da política?
 - A política se respalda em uma análise partes interessadas?
 - Sim | Não
 - Qual a qualidade dessa análise? Fraca (não foi conduzida adequadamente) | Intermediária (realizada, mas deixou de fora grupos importantes) | Alta (bem conduzida e inclusiva)

Passo 2: diagnóstico do problema

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise do problema e suas causas, que são o alvo da intervenção da política pública.
 - Objetivo:
Verificar se
 - a identificação anterior foi correta, considerando a abordagem utilizada, e se a estrutura lógica formulada na etapa ex ante permanece válida.
 - a população afetada e a sua distribuição geográfica continuam as mesmas.
 - Insumos
 - Diagnóstico do problema formulado quando da criação do programa, com seus fundamentos teóricos.
- Se não houver: Mapear essa informação nos documentos de criação da política.

Considerações

- É essencial avaliar se o diagnóstico do problema invisibiliza ou não a desigualdade de gênero no setor específico de intervenção e, nesse sentido, se contribui para reproduzir a ordem desigual de gênero.
- Os fatores de desigualdade de gênero e as necessidades de homens, mulheres ou grupos vulneráveis precisam ser claramente identificadas.
- É essencial considerar as causas estruturais da desigualdade dando atenção sistemática às causas estruturais que explicam os modelos específicos de relações de gênero em cada contexto é um elemento crucial na promoção da igualdade.
- É fundamental saber se existem dados desagregados por sexo, além de outros fatores de desigualdade e indicadores relativos às diferentes dimensões de gênero, a fim de identificar da melhor forma possível como o problema abordado se vincula às desigualdades de gênero e a outros tipos de desigualdades.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Existem, no âmbito da proposta de tal política, desigualdades entre mulheres e homens?
 - No diagnóstico realizado pela instituição pública, a "pertinência de gênero" é visível? Como a desigualdade de gênero aparece na política pública em questão?
 - Os dados usados no diagnóstico estavam desagregados por sexo, cor/raça, idade ou alguma outra maneira que reflita a diversidade e realidade das partes interessadas?
 - Existe uma análise detalhada que conecta o problema público a ser abordado com as desigualdades de gênero e outras desigualdades na área da política pública analisada?
 - As vozes de mulheres, instituições que promovem a igualdade, organizações feministas, academia, especialistas em gênero e coletivos afetados estão sendo ouvidas e incluídas nas demandas?
 - Quais estruturas institucionais estão presentes nesta fase de diagnóstico? Elas possuem recursos e capacidades para promover uma análise de gênero e de desigualdades múltiplas?

Passo 3: desenho da política

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise do desenho da política proposta. Considera, de forma geral, três elementos fundamentais: o modelo lógico, os incentivos existentes e a forma de acesso à política.
- Objetivo:
Avaliar a estrutura de funcionamento e os indicadores da política, desenvolvendo um entendimento claro sobre como esses elementos se inter-relacionam.
- Insumos
 - Modelo lógico da política (permite comparar o que era esperado da política com o que se realizou com a sua execução até o momento atual).
 - Tabela com indicadores associados a cada um dos seus componentes que tenham sido produzidos ou evidenciados.

Considerações

- Garantir que a igualdade de gênero seja reconhecida e integrada nas políticas públicas deve ser um objetivo contemplado no desenho de políticas, para isso a desigualdade de gênero dentro da política ou programa precisa ser abordada, incluindo.
- Além de abordar a igualdade de gênero, é importante adotar um enfoque transformador que visa modificar as causas estruturais dessas desigualdades.

De maneira geral, o sucesso das políticas está vinculado ao seu bom design, à sua boa execução e aos seus bons resultados. Aplicado ao âmbito específico da igualdade de gênero, isso se traduz em um design que responda às problemáticas existentes relacionadas à desigualdade de gênero e à discriminação contra as mulheres; em processos e mecanismos que garantam uma abordagem adequada do problema; e em resultados que impliquem mudanças em relação à situação inicial (Espinosa Fajardo e Bustelo Ruesta, 2019, p.154).

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - A igualdade é incluída como uma meta ou objetivo a ser alcançado? Há ações para promover a igualdade de gênero definidas? Elas buscam promover mudanças nas áreas e dimensões relacionadas ao empoderamento das mulheres?
 - Existem medidas específicas e processos definidos para promover a igualdade? Que tipo de medidas e processos são esses?
 - Há recursos concretos disponíveis para promover a igualdade?
 - Estão estabelecidos indicadores que permitem medir as mudanças em termos de igualdade? Ou foram incluídos indicadores sensíveis a gênero?
 - Há recursos concretos disponíveis para promover a igualdade?
 - Estão estabelecidos indicadores que permitem medir as mudanças em termos de igualdade?
 - As demandas de mulheres, organizações que promovem a igualdade, movimentos feministas, academia, especialistas em gênero e coletivos afetados são incorporadas no desenho da política? Ou O desenho considerou as necessidades, interesses e relações de gênero?
 - Como as estruturas institucionais de igualdade são envolvidas na elaboração do design? As recomendações de relatórios anteriores sobre impacto de gênero foram incluídas? Elas possuem recursos e capacidade para isso?



Liderança e participação: A participação significativa das mulheres nas principais estruturas consultivas para a tomada de decisões e sua influência nas decisões em todas as fases da ação humanitária.



Proteção e segurança: Segurança e proteção física das mulheres, a capacidade dos programas de prevenir, mitigar e responder à violência de gênero; serviços acessíveis e disponíveis; e mecanismos para abordar e atender à violência de gênero.¹²



Bem-estar econômico: A participação das mulheres nas atividades de meios de vida e no emprego formal, e sua capacidade de gerar uma renda sustentável sobre a qual elas tenham controle.

Passo 4: Implementação

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise de como a política foi implementada em relação ao planejamento original e destacando a metodologia de avaliação baseada em processos, especialmente em relação à entrega de produtos e à gestão de riscos.
- Objetivo:
Avaliar a implementação da política pública, identificando potenciais desvios em relação ao planejado e analisando se os processos de implementação estão adequadamente estruturados e se podem ser aperfeiçoados.
- Insumos
 - Entrega efetiva de bens ou serviços aos beneficiários.
 - Instrumentos normativos e procedimentos de compra de insumos, analisando a transparência.
 - Mecanismos de supervisão para garantir o alcance da finalidade da política.
 - Mecanismos de controle de elegibilidade dos beneficiários, caso haja restrições de acesso.
 - Direcionamento eficaz das informações ao público-alvo na divulgação da política.
 - Gestão de riscos na execução da política, observando diretrizes específicas.

Considerações

- Atenção: O compromisso com a igualdade tende a se diluir durante a implementação das políticas públicas. Mesmo quando identificamos avanços no diagnóstico e design de políticas, esses conteúdos podem ser perdidos na fase de execução.
- Importância da fase de implementação: A implementação não é um processo apenas técnico; decisões políticas influenciam essa fase.
- As instituições públicas são arenas de confronto e cooperação, onde diferentes visões e interesses podem gerar resistência à igualdade de gênero. Portanto, compromissos legais e estruturas institucionais não são suficientes; é necessário promover mudanças nas culturas organizacionais. Isso exige transformação nos valores, crenças e regulamentos que predominam dentro das instituições.

- Para garantir que o compromisso não se dissolva, é essencial ter suficientes recursos humanos, financeiros e de tempo, além de pessoal técnico especializado em igualdade.
- Formação em gênero para a equipe responsável pela implementação e desenvolvimento de manuais e protocolos específicos são fundamentais.
- Realizar uma análise institucional é crucial para entender a implementação e planejar ações eficazes.
- Além do diálogo com os gestores deve prever diálogo com as partes interessadas. É vital garantir que as vozes de quem enfrenta desigualdades de gênero sejam incluídas e que exista espaço para sua participação ativa no processo de implementação.
- O monitoramento deve incluir avaliações qualitativas que incluam suas percepções.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

Questões ilustrativas:

- A intervenção implementou ações que refletem os princípios de igualdade de gênero?
- O sistema de acompanhamento e avaliação da política definida estabelece a igualdade de gênero e a interseccionalidade como elementos-chave para monitorar e avaliar? Os dados de monitoramento foram coletados e desagregados de acordo com critérios relevantes?
- Existem indicadores de gênero e de interseccionalidade? Coletou informação suficiente sobre indicadores específicos para medir o progresso na igualdade de gênero?
- Os dados de monitoramento sobre igualdade de gênero foram utilizados para melhorar a intervenção durante sua implementação? Como?
- Os relatórios de acompanhamento e avaliação apresentam conclusões sobre avanços e desafios em relação à igualdade e interseccionalidade? Eles especificam recomendações para a ação?
- Identificaram efeitos indesejados, positivos ou negativos, em igualdade de gênero durante a implementação? Como esses efeitos foram tratados ou mitigados?

Atenção! Se, ao chegar a este ponto, você identificar que a igualdade de gênero não foi considerada no design e na implementação da intervenção, e que não há informações desagregadas disponíveis, será necessário coletar dados adicionais. Esses dados são fundamentais para avaliar as dimensões de igualdade de gênero e direitos humanos da intervenção. No entanto, essa coleta pode dificultar a inclusão dessas questões na avaliação de forma custo-efetiva.

Uma alternativa pode ser não avaliar imediatamente essas questões, mas sim recomendar como incluí-las e avançar no tema no próximo ciclo avaliativo. Isso permitirá verificar se as recomendações foram seguidas, viabilizando uma avaliação mais completa da intervenção

Passo 5: Resultados

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise da evolução dos indicadores.
- Objetivo:
Verificar se resultados foram alcançados.
- Insumos
 - Indicadores qualitativos e indicadores quantitativos de resultados.
 - Retornos do usuário final da política.

Considerações

- As especificações desse passo eram limitadas no guia, como evidencia o resumo acima.
- Mostrar os resultados em matéria de igualdade é essência. Eles devem destacar a importância do trabalho, especialmente na mudança da realidade de mulheres e grupos vulneráveis, contribuindo para a promoção da igualdade de gênero.
- Caso a inclusão das lentes de gênero tenha sido observada nas fases anteriores, é recomendável demonstrar como isso ajudou a atingir as metas e os resultados.
- Os documentos da ONU e da OCDE abordam critérios relevantes (veja item 3.5). Os resultados estão diretamente relacionados, principalmente, aos princípios de relevância, impacto e efetividade.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Os relatórios de acompanhamento e avaliação apresentam conclusões sobre avanços e desafios em relação à igualdade e interseccionalidade?
 - Os resultados da intervenção estão contribuindo para a realização das normas e acordos internacionais de direitos humanos e igualdade de gênero, bem como para as estratégias nacionais e locais relacionadas?
 - Os resultados da intervenção atendem às necessidades de todos os interessados, conforme identificadas na fase de planejamento?
 - Quais foram os principais resultados alcançados pela intervenção em relação à realização dos direitos humanos e da igualdade de gênero?
 - Os resultados confirmam o uso das dimensões e igualdade de gênero na teoria da mudança da intervenção?
 - Em que medida os resultados alcançados foram distribuídos de forma equitativa entre os grupos de interesse alvo?
 - Os resultados da intervenção ajudam a mudar atitudes e comportamentos em relação à igualdade de gênero?
 - Os resultados da intervenção contribuem para reduzir as causas subjacentes da desigualdade e da discriminação?

Passo 6: Governança

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Exame da estrutura de governança de acordo com os princípios previstos no art. 3º do Decreto no 9.203/2017 (capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, e transparência), além dos mecanismos previstos no art. 5º (liderança, estratégia e controle).
- Objetivo:
Verifique se a política conta com mecanismos de liderança, estratégia e controle. Esses mecanismos devem permitir a avaliação, o direcionamento e o monitoramento da gestão, visando à implementação eficaz de políticas públicas e à prestação de serviços que atendam aos interesses da sociedade.

Considerações

- A cultura de transparência e prestação de contas em termos de gênero é muito reduzida. Tudo isso ocorre em um contexto institucional que praticamente não fomenta a participação cidadã no ciclo de vida das políticas públicas e, de forma específica, que não envolve ativamente as mulheres, as organizações pró-igualdade e o movimento feminista.
- A comunicação e a divulgação dos resultados e conclusões desses processos são muito importantes para assegurar a transparência para a cidadania e a prestação de contas política. Nesse sentido, é necessário a disponibilização de informações com linguagem simples e em sites de livre acesso.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Mulheres, instituições que promovem a igualdade, movimentos feministas, academia, especialistas em gênero e coletivos afetados estão envolvidos nesse processo?
 - Institucionalmente, as competências e responsabilidades de avaliação estão claramente definidas? A necessidade de avaliar a igualdade está incluída nessas responsabilidades? Todos* os stakeholders participaram? Conseguiram fazer isso de maneira ativa, significativa e livre?
 - As informações sobre o projeto são acessíveis aos grupos vulneráveis? Eles conseguem acessá-las e compreendê-las?
 - Há atividades específicas para comunicar com esses grupos?

Nota: * Se a avaliação pretende ser transformadora a participação deve ocorrer ao longo da mesma, não se restringindo a ponderações sobre a participação. Ela pode ser contemplada em fase mais avançadas da implementação de uma perspectiva de gênero.

Importante: Órgãos do sistema ONU utilizam a Escala de Eficácia de Resultados de Gênero⁸. Disponibilizam também ferramentas em formato Excel, que uma vez preenchidas, indicam a qualificação do programa ou política como, negativo, cego, sensível ou transformador de gênero. A OCDE usa a mesma matriz, mas a interpreta como um instrumento de apuração de impactos e não de resultados.

Passo 7: Impactos

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise ou interpretação da evolução dos indicadores de resultados e impactos da política deve ser acompanhada de fundamentação, com base em evidências empíricas ou estudos realizados com esse fim.
- Objetivo:
Identificar e fundamentar a relação de causalidade da política com os resultados e impactos esperados.

Considerações

- O modelo acima é primordialmente qualitativo.
- A avaliação com perspectiva de gênero estimula a reflexão sobre impactos, usando abordagens mistas.
- Avaliar o impacto sob lentes de gênero implica em mobilizar os princípios da participação e inclusão, igualdade e não discriminação, assim como a transformação social e o empoderamento.

⁸ Veja o guia abaixo, ele tem orientações para preenchimento de uma planilha Excel. ONU Mulheres. Ferramenta de avaliação rápida da ONU mulheres: Guia de Orientação. 2020. https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/04/leap_avaliacao.pdf
https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/04/tool_rat_pt.xlsx

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Há como desagregar os efeitos da intervenção por sexo?
 - O programa funcionou para quem?
 - Há outras variáveis explicativas na modelagem que permitem análise de desigualdades de gênero?
 - A intervenção levou claramente à realização das normas Igualdade de Gênero para os stakeholders identificados?
 - Houve resultados não intencionais relacionados a Igualdade de Gênero? Foram eles positivos ou negativos e de que forma impactaram os diferentes stakeholders?
 - As atividades e resultados da intervenção em Igualdade de Gênero influenciaram o trabalho de outras organizações e programas?

Participação e inclusão

- Em que medida a intervenção contribuiu para uma cultura de participação e inclusão?
- A intervenção criou condições para a participação e inclusão entre os stakeholders em outras esferas da vida social?
- Até que ponto a intervenção influenciou as organizações participantes a se tornarem mais participativas e a criar condições para que os mais vulneráveis fossem incluídos em seus processos?

Igualdade e não discriminação

- A intervenção contribuiu para uma mudança nas práticas discriminatórias entre as partes interessadas?
- Todos as partes interessadas se beneficiaram dos resultados da intervenção, independentemente de seu sexo, origem, idade, deficiências, etc.?
- Os resultados da intervenção apontam para melhores condições para que todos possam desfrutar de seus direitos, sem discriminação?
- Existem grupos que ficaram excluídos dos resultados da intervenção?

Transformação social

- Os resultados da intervenção indicam mudanças nas relações sociais e nas estruturas de poder entre seus stakeholders?
- Há mudanças claras nas atitudes e comportamentos que demonstram uma distribuição mais justa de poder entre os stakeholders da intervenção? Quais são essas mudanças?

Empoderamento

- Existem grupos que se tornaram mais empoderados como resultado da intervenção?
- Como isso pode ser demonstrado?

Passo 8: Execução orçamentária

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Análise da execução orçamentária do programa.
- Objetivo:
Evidenciar as fontes de receita do programa, como os recursos financeiros foram gastos e como corresponderam ao planejamento e as necessidades efetivas do programa.

Considerações

- Ao incluir lentes de gênero é importante que o orçamento garanta recursos para sua boa operação.
- Ao serem usadas para avaliar o orçamento as lentes de gênero devem deixar claros os investimentos para a inclusão da temática e como participam do montante investido, inserindo marcadores de gênero no orçamento.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Há recursos suficientes alocados para integrar Igualdade de Gênero no design, implementação, monitoramento e avaliação da intervenção?
 - Em que medida os direitos humanos e a igualdade de gênero são uma prioridade no orçamento geral da intervenção?
 - O orçamento utiliza marcadores de igualdade de gênero permitindo a identificação e classificação dos gastos?

Passo 9: insights sobre eficiência e economicidade do gasto

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Levantamento de questões relativas à eficiência e à economicidade do gasto.
- Objetivo:
Fornecer *insights* iniciais, Relacionar o gasto da política aos produtos e resultados obtidos.

Considerações

- A eficiência é um dos princípios que regem as avaliações no sistema ONU e na OCDE.
- Sua análise pode ser aplicada a desenho, implementação e resultados.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Desenho
 - Quais são os custos de não abordar adequadamente Igualdade de Gênero desde a fase de design?
 - Implementação
 - Os recursos da intervenção foram utilizados de forma eficiente para tratar Igualdade de Gênero na implementação?
 - Houve limitações que impediram a abordagem eficiente de Igualdade de Gênero durante a implementação? Que nível de esforço foi feito para superar esses desafios?
 - Resultados
 - O uso dos recursos da intervenção para tratar Igualdade de Gênero esteve alinhado com os resultados correspondentes alcançados?
 - Um aumento modesto nos recursos destinados a Igualdade de Gênero na intervenção poderia ter possibilitado um aumento substancial nos resultados correspondentes?

Passo 10: recomendações

Resumo perspectiva Guia Ex Post

- O que é?
Sugestões de aprimoramento de rápida identificação.
- Objetivo:
Traçar conclusões sobre o seu desempenho global identificando possibilidades de melhoria ou aprofundamento da avaliação.

Considerações

- É essencial que sejam também orientadas por uma perspectiva transformadora da igualdade de gênero.
- Devem ser feitas a cada passo e não somente ao final do documento no que se refere a avanços possíveis no uso das lentes de gênero.
- Podem ser inspiradas pelas questões ilustrativas e suas respostas ou incapacidade de resposta.

Mudanças necessárias para incluir a perspectiva de gênero

- Questões ilustrativas:
 - Os relatórios de avaliação especificam recomendações relativas à igualdade e interseccionalidade?

Fonte: elaborado pela autora

As evidências reunidas neste estudo indicam que a incorporação da perspectiva de gênero na avaliação de políticas públicas pela administração pública brasileira é necessária, urgente e estratégica. Necessária, porque não há como promover desenvolvimento sustentável sem enfrentar as desigualdades estruturais de gênero que moldam o acesso a direitos, recursos e poder. Urgente, porque, ao completarmos 30 anos da Conferência de Pequim, avançamos muito pouco na adoção prática da estratégia de *mainstreaming* de gênero, apesar do reconhecimento internacional de sua importância. Estratégica, dada a potencialidade que tem para promover transformações sociais e colaborar para nossa melhor inserção na discussão internacional sobre direitos humanos, igualdade de gênero e desenvolvimento.

Desde os anos 1990, organismos multilaterais, agências de desenvolvimento, organizações da sociedade civil e a academia vêm reconhecendo o vínculo entre igualdade de gênero e desenvolvimento. A avaliação com lentes de gênero passou a ser tratada como uma ferramenta fundamental para concretizar esse compromisso. O sistema ONU, por exemplo, mobilizou suas agências nesse sentido, e outros atores internacionais contribuíram para um acervo robusto de metodologias, guias e experiências avaliativas. No entanto, o Brasil ficou para trás. Embora o país tenha ampliado o uso da avaliação, nos últimos 15 anos, esse avanço não foi acompanhado pela adoção sistemática da perspectiva de gênero.

Esse descompasso se manifesta em três dimensões principais:

- a) Fragilidade institucional — ainda não temos um sistema nacional de avaliação com diretrizes claras e integradas sobre igualdade de gênero;
- b) Baixa produção técnico-conceitual em português — o idioma funciona como uma barreira concreta à difusão da prática;
- c) Déficit de capacidade estatal — a formação de profissionais aptos a conduzir avaliações sensíveis a gênero ainda é limitada e pouco sistematizada.

Apesar disso, os ganhos potenciais do uso de abordagens transformadoras são significativos. Além de gerar diagnósticos mais completos e recomendações mais eficazes, essas abordagens contribuem

para qualificar o processo de políticas públicas, ampliando sua efetividade, legitimidade e capacidade de transformação social. A perspectiva de gênero permite evidenciar desigualdades ocultas, valorizar saberes marginalizados, e promover maior transparência e participação social — elementos centrais para uma gestão pública democrática e orientada por direitos.

A Revisão Rápida de Literatura realizada neste estudo construiu uma base sólida para analisar criticamente os processos avaliativos. Essa base permitiu identificar desafios e propor caminhos para o desenvolvimento de avaliações transformadoras de gênero. Um dos principais resultados foi a elaboração de recomendações práticas para inserir lentes de gênero nas etapas da avaliação executiva, com base no guia Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Post (Casa Civil, 2018). A proposta se alinha a diretrizes já existentes, contribuindo para uma maior integração da perspectiva de gênero nas avaliações realizadas pela administração pública brasileira.

Os achados também reforçam a importância de adotar abordagens sensíveis a gênero em todo o processo avaliativo — desde o planejamento até a análise dos resultados e o uso das evidências. Essa integração contínua é essencial para avaliar se os resultados das políticas atendem às necessidades de todos os grupos sociais, especialmente no que diz respeito à igualdade de gênero e aos direitos humanos. Avaliar não é apenas medir resultados, mas compreender quem se beneficia das políticas e de que forma.

Além disso, a literatura ainda não oferece definições claras sobre os diferentes rótulos utilizados para descrever abordagens avaliativas com perspectiva de gênero. Termos como “sensível a gênero”, “responsiva a gênero” e “transformadora de gênero” são, frequentemente, usados de forma intercambiável, o que pode gerar confusão. De modo geral, considera-se que a avaliação feminista se baseia em princípios e orientações derivadas da teoria feminista. Quando uma avaliação incorpora elementos de gênero, mas não se fundamenta nesses princípios, costuma ser chamada, simplesmente, de abordagem de gênero. Já as avaliações que se inspiram na teoria feminista, mesmo sem adotar esse rótulo explicitamente, são, frequentemente, chamadas de sensíveis a gênero. Na prática, entretanto, essa nomenclatura é aplicada a uma variedade de práticas com diferentes níveis de comprometimento com a transformação das relações de gênero. Normalmente, lhe é atribuída, mais comprometimento quando usada na literatura acadêmica. Já as expressões “avaliação responsiva a gênero” e “avaliação transformadora de gênero” são usadas com mais consistência. A principal diferença entre elas está na ênfase: enquanto a abordagem responsiva busca reagir aos efeitos negativos das desigualdades de gênero, a transformadora declara de forma explícita seu objetivo de alterar essas relações e combater a cultura patriarcal.

O estudo reconhece, ainda, os desafios na implementação de abordagens feministas nas avaliações, especialmente no contexto institucional brasileiro. Entender as diferenças entre incluir ou não tais

perspectivas é essencial para orientar práticas avaliativas mais justas e eficazes. Além disso, destaca-se que mesmo agências de desenvolvimento vêm buscando unir abordagens feministas a avaliações econômicas, o que reforça a relevância dessa integração também no setor público.

Outro ponto importante identificado neste estudo é o preconceito ainda associado ao uso do termo “feminista” no campo da avaliação. Essa resistência pode dificultar a adoção de abordagens explícitas que se alinham a princípios feministas, mesmo quando esses princípios orientam, na prática, a avaliação realizada. Como destaca Donna Podems (2014), muitas pessoas têm percepções negativas sobre o feminismo, o que afeta, diretamente, a forma como entendem e recebem a avaliação feminista. Em contextos conservadores ou sujeitos a mudanças políticas, o uso do rótulo pode até gerar interrupções ou bloqueios no processo avaliativo.

Diante disso, a escolha do nome atribuído à abordagem — seja “feminista”, “sensível a gênero” ou “transformadora” — costuma ser estratégica. Essa decisão depende do contexto institucional, do público envolvido e do objetivo da avaliação. Optar por uma terminologia mais neutra pode facilitar a aceitação e a aplicação do método. No entanto, é fundamental que, independentemente do nome adotado, os princípios orientadores da justiça de gênero estejam claramente presentes. Reconhecer esse dilema e lidar com ele de forma consciente é parte do compromisso com avaliações mais inclusivas, críticas e efetivas.

Por fim, entendemos que este estudo contribui para o campo da avaliação ao propor um exercício analítico que articula os princípios da avaliação feminista ao modelo de avaliação executiva já utilizado pelo governo federal. Essa aproximação mostra que é possível adaptar práticas avaliativas existentes para torná-las mais inclusivas, críticas e transformadoras, sem a necessidade de rupturas metodológicas radicais — mas com um compromisso político claro com a igualdade de gênero. Essas conclusões e recomendações apontam os desafios e a grande agenda de pesquisa que temos pela frente nesse campo.

1. Institucionalizar a perspectiva de gênero nas políticas públicas de avaliação

O Brasil precisa formalizar diretrizes nacionais que integrem a igualdade de gênero como princípio estruturante das avaliações. Isso inclui revisar normativos, definir responsabilidades, criar mecanismos de garantia de qualidade e estabelecer critérios mínimos de equidade nos processos avaliativos. A experiência internacional mostra que, sem esse marco institucional, os avanços permanecem pontuais e sujeitos a retrocessos.

2. Investir na formação e qualificação de avaliadores e gestores públicos

A avaliação com enfoque de gênero requer competências específicas. É fundamental implementar programas de capacitação continuada que promovam o domínio de conceitos como interseccionalidade, participação social e justiça de gênero, bem como o uso de metodologias participativas e sensíveis à diversidade. A formação deve alcançar tanto os avaliadores quanto os gestores responsáveis pela formulação e contratação das avaliações. Esses programas devem combinar teoria e prática, com estudos de caso e experiências nacionais, em linguagem acessível e aplicada.

3. Estimular a produção e difusão de materiais técnicos em português.

A escassez de conteúdos em português limita o acesso ao conhecimento e representa uma barreira real à disseminação da prática avaliativa com lentes de gênero. É necessário que órgãos públicos, agências de fomento e instituições de ensino invistam na produção, tradução e divulgação de materiais atualizados, considerando também a literatura cinzenta e a experiência acumulada por organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Também é importante criar acervos digitais acessíveis a servidores em diferentes níveis da administração.

4. Integrar gênero desde a concepção até o uso da avaliação.

A perspectiva de gênero deve estar presente em todas as etapas do processo avaliativo: na definição do objeto, na formulação das perguntas, na coleta e análise dos dados, e principalmente na interpretação dos resultados e nas recomendações. Isso exige planejamento cuidadoso, elaboração de perguntas específicas sobre desigualdades, uso de dados desagregados, e abertura à escuta de

diferentes vozes e experiências. Métodos adequados são essenciais para garantir que os achados revelem diferenças nos impactos das políticas para diferentes grupos sociais.

5. Incentivar a produção de manuais, guias e ferramentas específicas.

Governos que desejam desenvolver sistemas de avaliação sólidos devem investir na produção de materiais orientadores, adaptados à sua realidade institucional. A criação de modelos de Termos de Referência, roteiros e indicadores com enfoque de gênero, adaptados à realidade institucional, ajuda a padronizar boas práticas. Esses instrumentos são fundamentais para orientar avaliadores e gestores, fortalecer a padronização de boas práticas e facilitar o uso efetivo dos resultados das avaliações. A atualização contínua desses instrumentos deve acompanhar as mudanças no debate internacional e nas diretrizes nacionais.

6. Atualizar os critérios avaliativos com base em marcos internacionais

A atualização recente dos critérios utilizados por organizações como a OCDE e a UNEG ampliou o escopo das avaliações para incluir dimensões essenciais à justiça de gênero. Além dos seis critérios gerais — relevância, coerência, efetividade, eficiência, sustentabilidade e impacto —, foram incorporados outros quatro diretamente alinhados a princípios da avaliação feminista: participação e inclusão; equidade e não discriminação; transformação social; e empoderamento. Os avaliadores brasileiros devem acompanhar essas mudanças e revisar suas práticas metodológicas à luz desses novos parâmetros. A adoção desses referenciais fortalece a capacidade de capturar impactos reais das políticas públicas e ampliar seu potencial transformador.

7. Valorizar o processo de avaliação como instrumento de transformação

O foco da avaliação não deve ser apenas a mensuração de resultados, mas também a criação de espaços de escuta, aprendizagem e diálogo. A abordagem transformadora proposta neste *paper* estimula práticas avaliativas que, além de gerar recomendações técnicas, ajudam a reconfigurar relações de poder, fortalecer capacidades institucionais e tornar o processo decisório mais democrático.

8. Apoiar a construção de uma cultura avaliativa crítica e sensível às desigualdades.

A cultura avaliativa é construída com tempo, investimento e diálogo. Nesse processo, instrumentos como a avaliação executiva — de caráter mais panorâmico e estratégico — podem servir como porta de entrada para a adoção progressiva de abordagens mais robustas. Iniciar com avaliações rápidas, sensíveis ao contexto e com recomendações factíveis pode ser uma estratégia eficiente para engajar gestores públicos e demonstrar o valor da abordagem sensível a gênero.

Referências

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. v. 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. 301p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 37, inciso XXII, parágrafo 16. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 28 abr. 2025.

ESPINOSA FAJARDO, Julia. La evaluación sensible al género: Una herramienta para mejorar la calidad de la ayuda. In: **XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional**. Universidade de Santiago de Compostela, Centro Interdisciplinario de Estudios Americanistas Gumersindo Busto; Consejo Español de Estudios Iberoamericanos, p. 2687-2705. 2010.

ESPINOSA FAJARDO, Julia Espinosa. **Guía de género para políticas públicas más transformadoras**. Oxfam/ Intermón, 2018. Disponível em: https://observatoriodesigualdadandalucia.org/sites/default/files/guia_de_genero_0.pdf . Acesso em: 24 abr. 2025.

ESPINOSA FAJARDO, Julia María; BUSTELO RUESTA, María Dolores. ¿ Cómo evaluamos el éxito de las políticas de igualdad de género? Criterios y herramientas metodológicas. **Revista Española de Ciencia Política**, 49, p. 151-172, 2019.

ESPINOSA FAJARDO, Julia. Una evaluación feminista para una cooperación más transformadora. **Atlánticas: Revista Internacional de Estudios Feministas**, v. 9, n. 2, p. 02-32, 2024.

HAY, Katherine. Engendering policies and programmes through feminist evaluation: Opportunities and insights. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 19, n. 2, p. 321-340, 2012.

MURTHY Ranjani; ZAVERI Sonal. Context of Evaluations and Gender Transformative Evaluations in India. In: CHIGATERI, Shraddha; SAHA, Shiny. **A resource pack on gender transformative evaluations**. New Delhi: Institute of Social Studies Trust, 2016. p. 1-15.

MILLER, Carol; HAYLOCK, Laura. Capturing changes in women's lives: the experiences of Oxfam Canada in applying feminist evaluation principles to monitoring and evaluation practice. **Gender & Development**, v. 22, n. 2, p. 291-310, 2014.

NANDI, Rajib. Designing Gender Transformative Evaluations: Methods and Tools. In: SUDARSHAN, Ratna M.; NANDI, Rajib (Ed.). **A resource pack on gender transformative evaluations**. New Delhi: Institute of Social Studies Trust, 2016. p. 38-58.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela. Policy evaluation and the reproduction of social inequalities. In: VARRONE, Frédéric; JACOB, Steve; PIRMIN, Bundi (orgs.). **Handbook of public policy evaluation**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 154-168. 2023.

PODEMS, Donna R. Feminist evaluation and gender approaches: there's a difference?. **Journal of MultiDisciplinary Evaluation**, v. 6, n. 14, p. 1-17, 2010.

PODEMS, Donna. Feminist evaluation for non feminists. **Feminist evaluation and research: Theory and practice**, p. 113-142, 2014.

SIELBECK-BOWEN, Kathryn A. et al. Exploring feminist evaluation: The ground from which we rise. **New Directions for Evaluation**, v. 2002, n. 96, p. 3-8, 2002.

ONU Mujeres; Inclusión y Equidad Consultora Latinoamericana. **Mapeo de la incorporación del enfoque de género en los sistemas nacionales de evaluación de América Latina**. 2023. Disponível em: <https://lac.unwomen.org/es/digital-library/publications/2023/02/mapeo-de-la-incorporacion-del-enfoque-de-genero-en-los-sistemas-nacionales-de-evaluacion-de-america-latina> . Acesso em: 25 abr. 2025.

ONU Mulheres. Ferramenta de avaliação rápida da ONU mulheres: Guia de Orientação. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/04/leap_avaliacao.pdf . Acesso em: 25 abr. 2025.

UN WOMEN. Training Center. **Gender-transformative evaluation of training for gender equality**. 2018. Working paper. Disponível em: <https://portal.trainingcentre.unwomen.org/view/resource-center-en/entry/210303/> . Acesso em: 25 abr. 2025.

UN WOMEN. **How to manage gender-responsive evaluations: Evaluation handbook**. Independent Evaluation Service (IES) of the Independent Evaluation and Audit Services of UN Women (IEAS). 2022. Working paper. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-05/UN-Women-Evaluation-Handbook-2022-en.pdf> . Acesso em: 25 abr. 2025.

UNEG, United Nations Evaluation Group. Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations. New York: UNEG, 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2022/05/un-women-evaluation-handbook-2022> . Acesso em: 25 abr. 2025.

Anexo I – Informações gerais sobre a Revisão Rápida de Literatura

A revisão da literatura (RR) foi conduzida em três fases: planejamento, condução e relato. O planejamento destacou a definição da pergunta de pesquisa sobre o uso de lentes de gênero na avaliação de políticas públicas, abordando as especificidades da utilização da abordagem transformadora de gênero em relação à avaliação feminista e à avaliação sensível a gênero. A pergunta orientadora foi: “Quais as especificidades do uso da abordagem transformadora de gênero, em relação à avaliação feminista e/ou avaliação sensível a gênero, na utilização de lentes de gênero na avaliação de políticas públicas?”.

Ela orientou a estratégia de busca, que, após testes, se pautou no uso das cinco expressões a seguir e seus correspondentes em inglês e espanhol: avaliação de Políticas públicas, avaliação transformativa de gênero, avaliação feminista, avaliação sensível a gênero e lentes de gênero. Para otimizar o tempo de execução da revisão, foram adotadas estratégias como limitar a busca a três idiomas (português, inglês e espanhol) e excluir artigos de revisão de livros. Dados da busca e da triagem estão nas tabelas a seguir.

Tabela 3. Distribuição das referências segundo fonte e status na RR

Fonte	Identificadas	Duplicadas	Selecionadas
Capes Periódicos	55	4	51
Ebsco host	108	24	84
Emerald	24	0	24
Google Scholar	58	4	54
Scielo	38	0	38
Scopus	5	3	2
Web of Science	37	21	16
Wiley	52	9	43
Outros	40	0	40
Total Geral	417	65	352
	100,00%	15,59%	84,41%

Tabela 4. Quantidade de referências ao longo dos passos do processo de triagem da RR

Passos	Etapa	Bases de dados	Outros métodos	Total
I Identificação	Identificadas	377	40	417
	Duplicadas removidas antes da triagem	65		65
II Triagem	Triadas (ou selecionadas)	312	40	352
	Excluídas (tipo e idioma)	22		22
	Buscadas	290	40	330
	Excluídas (não encontradas)	28	0	28
	Avaliadas	262	40	302
	Rejeitadas	193	3	196
III Inclusão	Incluídas na revisão	69	37	106

No final, 106 referências foram incluídas na RR, que passaram por uma avaliação de qualidade, resultando na desqualificação de 14 delas, e permitindo a extração de dados de 92 referências bibliográficas. O protocolo da revisão está documentado na plataforma parsif.al. (<https://parsif.al/AnaPaulaSalejGomes/gender-sensitive-evaluations/>).

